

# BOLETIM DE ANÁLISE DA CONJUNTURA

ANO 04 - Nº 39 - AGOSTO 2019



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

**INTERNACIONAL**

**ESTADO**

**POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA**

**JUDICIÁRIO**

**SEGURANÇA PÚBLICA**

**SOCIAL**

**ECONOMIA**

**TERRITORIAL**

**COMUNICAÇÃO**

**MOVIMENTOS SOCIAIS**





# APRESENTAÇÃO

Enquanto a Amazônia está em chamas Bolsonaro arde. A edição de agosto do *Boletim de Análise da Conjuntura* chega em um momento de desgaste do governo perante a opinião pública do Brasil e internacional devido a sua catastrófica política ambiental, que resultou em aumento da devastação amazônica. Este é um dos temas da seção **Internacional**, que analisa também a Paso argentina e a renúncia do primeiro-ministro da Itália.

Em **Estado**, o tema é a intensificação do projeto de desmonte com o anúncio de um pacote de privatizações de mais nove empresas estatais que devem ser vendidas ainda em 2019.

A seção de **Política e opinião pública** trata da aprovação da PEC da reforma da Previdência em segundo turno, na Câmara, e sua tramitação no Senado, além do polêmico projeto de criminalização de abuso de poder. Analisa também intervenções do governo federal em importantes órgãos de fiscalização e controle, como o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), a Receita Federal e Polícia Federal, bem como as reações da opinião pública.

Sob Bolsonaro, no segundo trimestre de 2019, o Brasil bateu recordes na taxa de desalento, na quantidade de desempregados que procuram trabalho há no mínimo dois anos, na taxa de subutilização e no número de trabalhadores por conta própria, como mostra a parte **Social** desta edição, que faz também uma análise dos ataques mais recentes à autonomia das instituições federais de educação superior.

Em **Segurança pública**, agosto foi marcado pela repercussão de dois casos que mobilizaram a opinião pública de todo o país: o massacre no Centro de Recuperação Regional de Altamira (CRRALT), no sudoeste do Pará, que deixou 62 detentos mortos. E a morte do sequestrador de um ônibus com 37

pessoas em Niterói, no estado do Rio de Janeiro. Os eventos estampam a crise que o país vive, marcada pela superlotação dos presídios e por uma polícia ostensiva despreparada.

Já a seção **Judiciário** mostra que o partido da Lava Jato parece estar muito perto de sua primeira grande derrota. O contexto das matérias do The Intercept Brasil, *Folha de S. Paulo*, revista *Veja*, *El País* e BandNews (Reinaldo Azevedo), que durante os últimos meses divulgaram extensas revelações sobre os bastidores da trama política que se sobrepôs a uma suposta operação de combate à corrupção, provocou uma grande reviravolta na trajetória política do ex-juiz.

Na análise **Territorial**, os primeiros seis meses do governo Bolsonaro têm sido ainda mais nocivos à qualidade de vida e de trabalho da população brasileira. Neste período, o número de trabalhadores pobres aumentou em 362 mil, cerca de 94% das vagas de trabalho criadas foram de perfil econômico vulnerável e a renda média real dos trabalhadores de todas as classes sociais regrediu, com tendência ao aumento da desigualdade social.

A **Comunicação** analisa o principal tema nacional tratado pela mídia brasileira e estrangeira em meados de agosto: as queimadas ocorridas na Amazônia e a trágica política ambiental do governo Bolsonaro, que vem sendo bastante criticada na imprensa. Traz ainda a repercussão das notícias nas redes sociais online.

Por fim, em **Movimentos sociais**, o MST acredita que a insatisfação popular eclodirá mais cedo ou mais tarde. Enquanto isso, os movimentos sociais lutam para politizar suas bases e ampliar o alcance de suas mensagens. A questão ambiental é vista como oportunidade de um debate mais amplo.

# INTERNACIONAL



*Esta seção trata do resultado da Paso argentina, da renúncia do primeiro-ministro da Itália e das repercussões internacionais do incremento das queimadas na Amazônia.*

## Chapa Alberto Fernández e Cristina Kirchner venceu a prévia na Argentina

A Paso (Primárias Abiertas Simultaneas Obligatorias) é um processo prévio das eleições argentinas que renovarão a presidência, alguns governos provinciais e parte do parlamento. Ela ocorre para definir os candidatos presidenciais, desde que alcancem mais de 1,5% dos votos, bem como os candidatos ao governo da província de Buenos Aires, a maior do país, que disputarão o primeiro turno em 27 de outubro.

O atual presidente da Argentina, o neoliberal Mauricio Macri, da coalizão “Juntos por el Cambio”, perdeu de lavada a disputa na Paso, realizada em 11 de agosto, para a coalizão “Frente de Todos”, encabeçada por Alberto Fernández, com a ex-presidenta, Cristina Kirchner, de vice, apesar de as pesquisas prévias apontarem que a desvantagem seria pequena. A fórmula vencedora teve 47% dos votos válidos contra 32% de Macri, em um cenário com alta participação dos eleitores, de aproximadamente 75%.

Além destas duas chapas, viabilizaram-se para disputar as eleições Roberto Lavagna, peronista e ex-ministro da Economia do presidente Eduardo Duhalde, em 2002, e depois de Nestor Kirchner, pela coalizão “Consenso Federal”, que obteve 8% dos votos; Nicolas del Caño, por uma coalizão trotskista chamada “Frente de Izquierda de los Trabajadores (FIT) - Unidad”, com 2%; e Juan José Gómez Centu-

rion, ex-militar que foi membro dos “caraspintadas” que intentaram algumas rebeliões contra o governo Alfonsín na década de 1980, também com 2%, por uma coalizão de direita chamada “NOS”. Na província de Buenos Aires, o primeiro colocado também foi o candidato da “Frente de Todos”, ex-ministro da Economia de Cristina Kirchner, Axel Kicillof.

Macri conquistou a presidência em 2015 prometendo mudanças substantivas em relação aos governos anteriores de Cristina e de Néstor Kirchner, que eram progressistas. Entretanto, com uma agenda alinhada ao discurso neoliberal de encolhimento do Estado e austeridade, ele afundou o país em uma grave crise econômica. Hoje, a Argentina apresenta a segunda maior inflação da América Latina e altas taxas de desemprego e de crescimento da pobreza.

Para tentar tirar o foco da população da péssima performance da economia, bem como enfraquecer Kirchner na disputa presidencial, foi montado um consórcio jurídico-midiático-político de perseguição à ex-presidenta, muito parecido com o que aconteceu no Brasil com o ex-presidente Lula na Lava Jato. Ela foi acusada em um processo de denúncias sem provas e surgiram fotocópias de alguns cadernos nos quais um ex-motorista relata dados sobre corrupção ligada ao Ministério de Obras Públicas.

Mesmo com a perseguição e bombardeada por um discurso que tenta impor medo à volta de um governo progressista, a chapa composta por Fernández e Kirchner venceu as primárias, com 15% à frente, o que torna difícil uma virada de Macri. Para vencer em primeiro turno, qualquer chapa precisa ter pelo menos 45% dos votos ou 40% com 10% de diferença para o segundo colocado.

A reação de Macri na semana seguinte à Paso foi substituir o ministro da Economia, Nicolás Dujovne, que negociou o impopular acordo com o FMI no ano passado, pelo ex-ministro da Economia da província de Buenos Aires, Hernán Lacunza, reduzir alguns impostos e decretar um aumento de 25% no salário mínimo. Apesar das medidas para tentar reverter a derrota somadas ao “terrorismo midiático” contra o retorno de Alberto e Cristina, novas pesquisas eleitorais indicaram que a diferença entre estas candidaturas e a de Macri se ampliou, podendo haver definição já no primeiro turno, em 25 de outubro.

Com um governo de Fernández e Kirchner, os presidentes de direita e extrema-direita da América Latina perderão um importante aliado. As atitudes de Jair Bolsonaro, por exemplo, poderão trazer problemas para a relação entre Brasil e Argentina, que é o terceiro parceiro comercial do Brasil e importador importante de bens industriais, pois ele faz campanha aberta por Macri, chegando a dizer que, se a esquerda vencer, o Rio Grande do Sul pode virar “uma nova Roraima e a Argentina uma nova Venezuela”.

No entanto, reconstruir a economia destrocada na Argentina não será uma tarefa fácil, mas certamente passa pela mudança política apontada pela Paso, e Alberto Fernández já anunciou que, caso vença, uma de suas medidas será rever o acordo entre Mercosul e União Europeia.

### **Primeiro-ministro renuncia na Itália**

A aliança entre os dois partidos que hoje governam a Itália, o Movimento 5 Estrelas (M5S) e a fascista Liga Norte, chegou ao fim. Após a tentativa de Matteo Salvini, líder da Liga, de propor um voto de desconfiança ao primeiro-ministro, Giuseppe Conte, sem mais justificativas, este renunciou ao cargo no dia 20 de agosto, embora continue à frente do governo até

que um novo seja composto, ou por meio do restabelecimento de uma nova coalizão ou de novas eleições. O M5S e a Liga governavam juntos desde 2018, com uma agenda populista e contra imigrantes.

Nas eleições de março do ano passado o M5S obteve cerca de 32% dos votos e a Liga 17%. Foram meses de negociações para a formação do governo, que apostou em um discurso duro contra os imigrantes e a União Europeia, ao mesmo tempo que rechaçava as medidas de austeridade impostas por esse bloco, pelo menos retoricamente. Um dos impasses na época foi a indicação de um economista, Paolo Savona, opositor à moeda comum, o euro, para a pasta da Economia. O presidente italiano, Sergio Mattarella, o vetou sob o argumento da instabilidade do mercado pela incerteza gerada por uma possível saída da Itália da Zona do Euro se Savona assumisse o cargo, e ele acabou ocupando a função de ministro de Assuntos Europeus.

No fim, Conte, um advogado de posições mais neutras, embora mais próximo do M5S, foi diplomado como primeiro-ministro, tendo Salvini como vice e ministro do Interior. Entretanto, o último teve o papel mais protagonista à frente do governo durante quase um ano, sempre lembrado por seu posicionamento intolerante e xenófobo. Foi ele, por exemplo, que encabeçou a ação de bloquear navios com mais de seiscentas pessoas vindas da África de atracar em solo italiano, o que gerou atrito com a Espanha e a França.

Atualmente, Salvini possui alta popularidade no país, apesar do mau desempenho da economia, com 40% de apoio favorável da população. Este percentual, se concretizado em uma eleição, lhe daria maioria sozinho no parlamento devido ao sistema eleitoral italiano. Esta popularidade já havia beneficiado seu partido, que venceu as eleições para o Parlamento Europeu na Itália, em maio passado, com 30% dos votos, enquanto o M5S ficou apenas em terceiro lugar. Assim, sua estratégia é a de provocar novas eleições que ocorreriam em outubro ou novembro próximos para formar um governo liderado pela Liga, de preferência sem coalizões.

No entanto, foi uma jogada com resultados incertos, pois aventa-se a possibilidade da formação de um novo governo, sem a realização de novas eleições, composto pelo M5S e pelo Partido Democrá-

tico (PD) que, apesar de fortes adversários no passado, avaliam essa possibilidade. O PD já anunciou cinco condições de ordem política e prática para compor com o M5S, que não parecem tão difíceis. Uma possibilidade é a recondução de Conte ao cargo. Se isso acontecer, em princípio, somente haveria eleições em 2022 ou 2023.

### Forte incremento das queimadas

É unanimidade entre os técnicos que queimadas em florestas tropicais, como a mata amazônica, dependem da ação humana para se iniciarem, seja em áreas de vegetação menos densa ou áreas de vegetação mais compacta que incluem árvores de grande porte. Nestas últimas, uma das práticas recorrentes do desmatamento amazônico é derrubar a vegetação por meio de tratores e correntes, reuni-la para secar e posteriormente incendiá-la.

As queimadas na Amazônia incrementaram-se sobremaneira neste ano em comparação com anos anteriores e, independentemente de fatores que as favorecem, como a estação mais seca do momento, as causas principais são as declarações do presidente Jair Bolsonaro a favor da exploração econômica ilimitada das áreas cobertas pela floresta, bem como seus ataques aos assentamentos indígenas, às ações ambientais preventivas e seus questionamentos dos dados de monitoramento da situação, além da suspensão na prática de medidas de fiscalização e de combate à devastação da região. A postura do presidente e, particularmente, as medidas contrárias à preservação do meio ambiente adotadas pelo ministro desta pasta, Ricardo Salles, estimulam as ações de garimpeiros e madeireiros ilegais e dos incendiários do agronegócio. Inclusive, há indícios que um grupo de agricultores que atuam na beira da BR - 163 teria provocado um “dia do fogo” entre 10 e 11 de agosto.

Apesar de Bolsonaro questionar os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e demitir seu presidente, o incremento das queimadas foi confirmado pela Nasa, agência ligada ao governo de seu “amado” presidente estadunidense, Donald Trump, e gerou enorme repercussão mundial, por sua vez, amplificada pelas declarações nada diplomáticas do

presidente e de seu ministro de Meio Ambiente, em confronto aos mandatários Angela Merkel e Emmanuel Macron, da Alemanha e França, além da suspensão do financiamento do Fundo Amazônia pela Alemanha e Noruega e das declarações igualmente agressivas ao governo deste último.

A retórica do atual governo brasileiro se reveste de um verniz soberanista, mas visa atender somente a interesses mesquinhos de setores econômicos e sociais, inclusive internacionais, como as empresas multinacionais mineradoras, agrobusiness, comércio de madeira, entre outras, e frequentemente inclui afirmações mentirosas. Se, por um lado, a gestão do meio ambiente brasileiro, particularmente da Amazônia, é de responsabilidade do Brasil, por outro lado nosso país tem compromissos com o que esta região representa para o planeta do ponto de vista da captura de carbono pela floresta, do impacto do desmatamento para o clima global e da preservação da biodiversidade, além da responsabilidade com os milhões de brasileiros que vivem na floresta e dela sobrevivem.

Neste sentido, a reação internacional está se fazendo sentir por meio das declarações de chefes de Estado como Macron, Merkel, Trudeau e Boris Johnson, de instituições como a ONU e o G-7, de artistas e intelectuais, além de manifestações populares ocorridas desde 23 de agosto, em frente a embaixadas brasileiras em dezenas de cidades na Europa e América do Norte.

Há propostas de boicotes ao consumo de produtos brasileiros, principalmente a carne bovina advinda dos pastos resultantes da devastação da floresta amazônica, além de ameaças de rejeição de alguns governos, como o francês e o irlandês, ao recente acordo negociado entre a União Europeia e o Mercosul. Independentemente do mérito destas iniciativas, elas podem se viabilizar com facilidade, pois há uma convergência muito grande de interesses, sejam econômicos e protecionistas, sejam de caráter ambientalista ou políticas de oposição ao governo de direita no Brasil. Bolsonaro está conseguindo, em poucos meses, levantar uma oposição internacional que os ditadores militares, apesar da gravidade de suas violações aos direitos humanos, levaram alguns anos para constituir.



*Nesta seção, o tema é a intensificação do projeto de desmonte do Estado com o anúncio de um pacote de privatizações de mais nove empresas estatais que devem ser vendidas ainda em 2019.*

## **Novo pacote de privatizações acelera desmonte do Estado**

O governo Bolsonaro intensificou o projeto de desmonte do Estado anunciando um pacote de privatizações de mais nove empresas estatais que devem ser vendidas ainda em 2019. Os ativos a serem negociados são: Correios, Telebras, Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (Dataprev), Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Empresa Gestora de Ativos (Emgea), Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores (ABGF) e Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec).

Os Correios são responsáveis pelos serviços postais brasileiros, estão presentes em todos os municípios do país e empregam mais de cem mil pessoas. A empresa registrou uma receita de quase dezoito bilhões de reais em 2018 e lucrou 161 milhões.

A Telebras é a estatal de telecomunicações que opera serviço de fibra ótica e um satélite. Teve prejuízo de cerca de 225 milhões de reais em 2018, mas atua em um setor estratégico e de risco onde a presença estatal é fundamental.

A Codesp é responsável por administrar o Porto de Santos, maior complexo portuário da América Latina, e emprega mais de 1.300 pessoas. Teve prejuízo de 468 milhões de reais em 2018. A Ceagesp, por seu turno, é a estatal responsável pelo abastecimento e armazenamento de frutas, legumes, verduras, flores e pescados no estado de São Paulo, tendo lucrado 9,1 milhões de reais no último ano.

A Dataprev é uma empresa de tecnologia e informações, responsável, entre outras funções, por operar o pagamento mensal de mais de 34 milhões de benefícios previdenciários e teve lucro de 150 milhões de reais em 2018. O Serpro, por sua vez, é o principal responsável pelos serviços de processamento de dados para o setor público e lucrou 459 milhões de reais em seu último balanço.

A ABGF administra fundos como o seguro de crédito à exportação e emprega 58 pessoas, tendo lucrado oito milhões de reais em 2018. Já a Emgea gere os ativos da União e de entidades integrantes da administração pública federal, incluindo as carteiras de operações de crédito do governo, registrando lucro de 396 milhões de reais no último período.

O Ceitec, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, atua no setor de semicondutores. Ligada à microeletrônica, a empresa projeta, fabrica e comercializa circuitos integrados e lucrou 3,1 milhões de reais em 2018.

O Ministério da Economia também já sinalizou uma lista de quais podem ser as prováveis próximas empresas a integrar o Programa de Parcerias e Investimentos (PPI): Eletrobras, EBC (Empresa Brasil de Comunicação), Casa da Moeda, Codesa (Companhia Docas do Espírito Santo), Ceasaminas (Centrais de Abastecimento de Minas Gerais), CBTU (Companhia Brasileira de Trens Urbanos), Trensurb (Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre) e Lotex (Loteria Instantânea Exclusiva).

Desde o início do ano, o governo tem alvejado os setores de infraestrutura e logística com uma série de privatizações. Apenas em 2019, a Petrobras, considerada “joia da coroa”, foi abatida com o anúncio de vendas de ativos nas áreas de termelétricas, biocombustíveis, gás, distribuição e refino. Além disso o governo tem intensificado a venda de participações acionárias em setores estratégicos como o aviário, bem como acelerado as concessões de aeroportos, portos, rodovias e ferrovias.

O governo insiste em afirmar que as empresas estatais são ineficientes. Entretanto, em 2018 as oito principais estatais federais registraram lucro líquido conjunto de 74,3 bilhões de reais, valor que representa crescimento de 132% em relação a 2017, o melhor resultado em oito anos. Tal desempenho propiciou o pagamento de 7,7 bilhões em dividendos, 37% mais que no ano anterior. Os resultados mais expressivos foram da Petrobras, com lucro líquido de 26,7 bilhões de reais, seguido pelo Banco do Brasil, com 15,1 bilhões, pela Eletrobras, com 13,3 bilhões, e pela Caixa, com 10,4 bilhões. Os da-

dos são do Boletim das Empresas Estatais Federais.

O enxugamento das empresas estatais leva à redução dos investimentos públicos. De 2016 a 2019 os investimentos executados pelas empresas públicas caíram de 19,6% para 6,7% dos orçamentos dessas companhias. Não há nenhuma garantia de que esses investimentos serão novamente alavancados pelo setor privado, prova disso é que, a despeito das privatizações, em 2019 a taxa de investimentos no Brasil chegou a seu menor patamar nos últimos cinquenta anos.

Além disso, a venda das estatais afeta o nível de empregos de forma direta e indireta. Em 2018 as privatizações provocaram uma redução direta de 13.434 postos de trabalho. Os efeitos colaterais indiretos são ainda mais nefastos, a diminuição, por exemplo, das encomendas realizadas pelas empresas estatais tem provocado a quase paralisia dos setores de construção civil e engenharia pesada.

Mais ainda, a queda dos investimentos e do emprego em um cenário econômico já marcado pelo desfecho do crescimento econômico provoca ainda diminuição na arrecadação fiscal, desestímulo do avanço tecnológico em setores onde a ação inovadora das empresas públicas é decisiva e perda de dinamismo no desenvolvimento regional de locais onde as empresas estatais têm presença fundamental.

Com isso, trata-se de desfazer o arranjo econômico-institucional que viabilizou a industrialização, a urbanização e a modernização do país por meio do ativismo das empresas estatais. O resultado é um ciclo vicioso que pode conduzir o país à recessão econômica. O modelo assentado no tripé da financeirização, da privatização e da desnacionalização levado a cabo de maneira acelerada pelo governo Bolsonaro pode colocar o país na rota do colapso econômico.



# POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



*Esta seção trata da aprovação da PEC da reforma da Previdência em segundo turno, na Câmara, e sua tramitação no Senado, além do polêmico projeto de criminalização de abuso de poder. Analisa também intervenções do governo federal em importantes órgãos de fiscalização e controle, como o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), a Receita Federal e Polícia Federal. A opinião pública mostra reações.*

## PEC da reforma da Previdência

Na volta do recesso parlamentar, a Câmara dos Deputados aprovou sem dificuldades a PEC da reforma da Previdência, com 370 votos a favor, 124 contra e uma abstenção. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), reduziu o prazo regimental de cinco sessões entre as votações em primeiro e segundo turnos e aprovou o texto-base na noite de 6 de agosto, após liberação de crédito extra do orçamento pelo Executivo para pagamento de emendas parlamentares.

A oposição tentou resistir e adiar a votação da PEC e criticou fortemente o toma-lá-dá-cá vergonhoso da liberação das emendas, mas o texto-base foi aprovado em pouco mais de cinco horas de sessão noturna, com votação dos destaques no dia seguinte. O texto traz como principais pontos o aumento da idade mínima para 65 anos para homens e 62 anos para mulheres se aposentarem; o fim da aposentadoria por tempo de contribuição; e a redução do benefício à média de todos os salários.

A PEC da reforma da Previdência chegou ao Sena-

do no dia 8 de agosto. O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) foi escolhido como relator, e a presidenta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Simone Tebet (MDB-MS), votou pela realização de audiências públicas para subsidiar os debates sobre a reforma entre os dias 19 e 21, com leitura do parecer do relator em 28 de agosto e votação na CCJ em 4 de setembro. O primeiro turno no plenário ficou para dia 18 e o segundo turno em 2 de outubro.

Por pressão da oposição, segundas e sextas-feiras não serão contabilizadas no prazo regimental e, com isso, o prazo dilatou em uma semana, ficando prevista a votação do texto principal para 24 de setembro e o segundo turno para 10 de setembro. Também no Senado a reforma precisa do voto de três quintos dos senadores em cada votação, ou seja, 49 votos.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e o relator, Tasso Jereissati, defendem que não sejam feitas alterações no texto aprovado pelos deputados na

Câmara e que as alterações pontuais sejam feitas em outra PEC paralela. Caso contrário, se houver modificações no texto-base, a proposta deverá ser analisada novamente pela Câmara.

Um dos pontos a serem retomados na PEC paralela é a inclusão de servidores públicos de estados e municípios nas novas regras previdenciárias. Para o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e o presidente da Comissão Nacional dos Municípios (CNM), Galdemir Aroldi, essa PEC deve ser uma extensão das regras da União para os estados e municípios, e a inclusão de outros pontos poderá dificultar a aprovação. Alertaram também que se não houver inclusão automática de estados e municípios na proposta do Senado, governadores e prefeitos terão de aprovar nos seus respectivos legislativos a adequação às regras de aposentadoria dos seus servidores, o que seria uma medida bastante impopular, às vésperas das eleições municipais, incorrendo em perda de votos.

Para a presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS), a autorização para que estados e municípios façam mudanças na Previdência por lei ordinária nas Assembleias e Câmaras Municipais tem mais chance de ser aprovada do que a inclusão automática dos servidores na reforma federal, uma vez que a realidade de cada ente deve ser respeitada e não dá para tratar estados e municípios, com receitas e despesas tão diferentes, de forma igual.

O ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, afirmou que o governo quer incluir na PEC paralela o sistema de capitalização, ou apresentá-lo, até o final de agosto, em uma nova PEC. Rodrigo Maia também defende a retomada do debate sobre o sistema de capitalização. O envio de uma matéria com esse teor para o Senado ou Câmara poderá levar a um embate jurídico, uma vez que a Câmara os deputados já rejeitaram esse tema.

### **Aprovado projeto que criminaliza abuso de autoridade**

Na Câmara dos Deputados, o projeto de lei que criminaliza o abuso de autoridade por agentes públicos foi aprovado em caráter de urgência na noite de 14 de agosto. A iniciativa prevê punição mais severa e inclusive prisão de servidores públicos e militares, in-

cluindo juízes, procuradores, membros do Legislativo, Executivo, Judiciário, Ministério Público e tribunais.

Estão previstos como crime de abuso de autoridade a condução coercitiva sem intimação prévia e a recusa de comparecimento de investigado ou testemunha; a instauração de procedimento sem indícios; a atuação com motivação político-partidária; a manifestação de juízo de valor sobre processo pendente de julgamento; o uso de algemas quando não houver resistência à prisão; entre outras irregularidades. As penas variam de prisão de três meses a quatro anos, dependendo do delito, podendo incorrer em perda do cargo.

Pelas regras do projeto de abuso de autoridade, juízes e procuradores da Lava Jato teriam sido punidos em pelo menos quatro diferentes situações: na divulgação de conversas telefônicas entre os ex-presidentes Lula e Dilma, em 2016; quando os arquivos da delação dos executivos Wesley e Joesley Batista, donos da JBS, se tornaram públicos por decisão do ministro Edson Fachin, em 2017; quando o desembargador federal Rogério Favreto, do TRF-4, pediu liminar para soltar Lula, e Moro, mesmo em férias, em 2018, interveio pedindo outra liminar ao diretor-geral da PF, Maurício Valeixo, que anulasse a primeira; quando a Polícia Federal algemou e acorrentou os pés de Sérgio Cabral, em 2018.

A proposta foi criticada por uma ala de deputados “lavajatistas”, que considerou o PL uma reação às revelações do site The Intercept Brasil, que desde junho vem divulgando troca de mensagens entre o ex-juiz Sergio Moro e procuradores da operação Lava Jato, em especial Deltan Dallagnol, caracterizadas como abuso de autoridade. O projeto aprovado, no entanto, nada tem a ver com as revelações do The Intercept. Foi criado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) na gestão do ex-procurador geral da República Rodrigo Janot e apresentado no Senado por Randolfe Rodrigues (Rede-AP), no começo de 2017.

O projeto teve apoio da maioria dos partidos na Câmara, com exceção do PSL, Cidadania, Novo e PV, que orientaram suas bancadas a votarem contra. Deputados do PSL e integrantes da bancada da bala foram os primeiros a pedir a Bolsonaro que vete o projeto. Há iniciativas para vetar nove itens,

mas prevalece a indicação de veto integral, com fortes pressões. Bolsonaro tem até o dia 5 de setembro para decidir.

Em meio a uma série de protestos contra o PL 7596/2017 que prevê punição para crimes de abuso de autoridade, um grupo de 33 senadores, composto, em sua maioria, por políticos em primeiro mandato, fez um abaixo-assinado pedindo a Jair Bolsonaro que vete integralmente o projeto de lei. O grupo alega que o projeto foi feito para intimidar a polícia, a Justiça e o Ministério Público e reitera que essas medidas foram aprovadas em 2017, quando Bolsonaro não era presidente e a maioria não estava no Senado.

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj) vão centrar esforços junto à Casa Civil e à Presidência da República, para obtenção de veto ao PL 7596/17. O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e o Conselho Nacional de Procuradores Gerais (CNPJ) se reuniram com o ex-juiz Sergio Moro para apresentar os pontos do PL que, para eles, afetam negativamente as carreiras e o sistema de Justiça, defendendo a necessidade de veto integral da proposta.

O Ministério da Justiça e da Segurança Pública emitiu parecer contrário à aprovação do projeto, e Sergio Moro comentou que está ciente da necessidade de preservar a ação de juizes, promotores e policiais contra a corrupção e o crime organizado. O procurador Deltan Dallagnol condenou publicamente a aprovação e comentou que “deveria ser igualmente crime soltar preso ou deixar de decretar a prisão quando esta é necessária. Do modo como está, juizes que prenderem poderosos agirão debaixo da preocupação de serem punidos quando um tribunal deles discordar. E direito não é matemática”.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que não acreditava em “judicialização” do projeto. “Os Três Poderes, se o presidente sancionar (o projeto), terão regras de abuso. A lei de abuso não é um problema para aqueles que não passam da linha do seu papel institucional”. Já o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, defendeu o projeto: “inexistia nos últimos tempos qualquer freio. De novo, é aquela discussão: Estado de di-

reito é aquele em que ninguém é soberano”, frisou. “Quem exerce poder tende a dele abusar, e é para isso que precisa haver um remédio desse tipo”.

Até o momento, Jair Bolsonaro admitiu a possibilidade de vetar trechos do projeto e reconheceu que há servidores públicos que praticam abuso de autoridade. Segundo ele, “logicamente, não pode cercear os trabalhos das instituições (...), mas tem de fazer de acordo com a lei e ponto final”. Toda a polêmica em torno do projeto vem em um momento em que Moro está enfraquecido e Bolsonaro retira a carta branca que lhe havia concedido quando da nomeação como superministro, retirando de seu poder a nomeação de cargos para órgãos de fiscalização importantes.

### Governo intervém em órgãos de controle e fiscalização

No último dia 20, por meio de Medida Provisória, Jair Bolsonaro transferiu o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Economia para o Banco Central (BC), transformando-o em Unidade de Inteligência Financeira (UIF). A partir da MP, caberá ao presidente do BC nomear o presidente e designar os conselheiros da UIF.

A explicação é que a mudança tem o objetivo de reduzir a influência política no órgão responsável pela identificação de ocorrências suspeitas e atividades ilícitas no sistema financeiro. Com isso, o então presidente do Coaf, Roberto Leonel, indicado pelo ex-juiz Sergio Moro, perde a continuidade no comando do órgão, que, como Unidade de Inteligência Financeira, passa a ser nomeado pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, que indicou Ricardo Lião para ocupar o cargo. Lião é servidor aposentado do Banco Central, ocupava a diretoria de Supervisão do Coaf, responsável pela regulação, fiscalização e aplicação de penas administrativas relativas à prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo e possui larga experiência na área.

A decisão dilui o Coaf, órgão que emitiu relatório acerca da movimentação financeira de 1,2 milhão de reais de Fabrício Queiroz, ex-assessor parlamentar do hoje senador Flávio Bolsonaro (PSL), que serve de base para o Ministério Público do Rio

investigar suspeita de prática ilegal de repasse de parte do salário dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) ao político responsável por sua nomeação. O presidente do STF, Dias Toffoli, a pedido da defesa de Flávio Bolsonaro, suspendeu todos os processos judiciais em que houve compartilhamento de dados da Receita Federal, do Coaf e do BC com o Ministério Público sem prévia autorização judicial.

Além da intervenção direta do Planalto no Coaf, Bolsonaro também interferiu em outros dois órgãos de controle e investigação de combate à corrupção que podem afetar sua família, a Polícia Federal (PF) e a Receita Federal (RF). Em meados do mês, Bolsonaro anunciou a substituição do superintendente da Polícia Federal no Rio, Ricardo Saadi, pelo delegado Alexandre Saraiva, atual superintendente da PF no Amazonas e amigo da família. O comando da PF pressionou Sergio Moro, a quem a instituição está legalmente subordinada. Para debelar a crise, Bolsonaro acabou atendendo a um pedido de Sergio Moro e aceitou sua indicação, do delegado Carlos Henrique Oliveira Sousa, atualmente na Superintendência da PF em Pernambuco, para a vaga.

Na Receita Federal, Bolsonaro também determinou a substituição do superintendente do órgão no Rio, Mário Dehon, e dos delegados da Receita no Porto de Itaguaí (RJ), José Alex Nobrega de Oliveira, e na Barra da Tijuca, Fábio Cardoso do Amaral, alegando claramente que “fizeram uma devassa na vida financeira dos meus familiares do Vale do Ribeira”.

No último dia 19, Jair Bolsonaro mandou demitir João Fachada Martins, o segundo homem da Receita Federal. O número um da Receita, o secretário especial do órgão, Marcos Cintra, também já foi ameaçado de demissão por Bolsonaro. Assim como a PF, a Superintendência da Receita Federal do RJ também apura ilícitos praticados por milicianos em operações no Porto de Itaguaí.

A cúpula da Receita Federal também não acata a intervenção do Planalto e diz que não vai aceitar indicações políticas, ameaçando a entrega de cargos, o que pode inviabilizar o funcionamento do órgão. O ministro da Economia, Paulo Guedes, a quem a Receita Federal é subordinada, busca alternativas para resolver a crise.

Nem todas as substituições já foram confirmadas, mas Bolsonaro tem sido claro na defesa de seus interesses e no desvio das investigações e suspeitas sobre seus familiares, ainda que com isso comprometa a autonomia das instituições, afirmando que a lei lhe atribui a prerrogativa de intervir, nomear e exonerar quem ele quiser. Sua fala é enfática: “Quem manda sou eu!”

### Reação da Opinião Pública

Em meio a cenário de crise em todas as instâncias do governo, a opinião pública começa a reagir. Pesquisa CMT/MDA, realizada entre 22 e 25 de agosto e divulgada no último dia 26, mostra que a desaprovação ao governo Bolsonaro chega a 39,5%, enquanto a avaliação positiva do governo é de 29,4%. Seu desempenho pessoal também é mal avaliado, com 53,7% de desaprovação.

As áreas em que o governo demonstra melhor desempenho é a de combate à corrupção, por 31,3%, seguida pela de segurança, com 20,8%, e redução de cargos e ministérios, 18,5%. Já as áreas de saúde, meio ambiente e educação são aquelas nas quais o governo é mais fortemente criticado, por 30,6%, 26,5% e 24,5% da população, respectivamente.

Entre as melhores ações do governo Bolsonaro, despontam menções vagas, talvez muito fruto ainda da campanha eleitoral, como o combate à corrupção, com 29,6%, ou igualmente vagas de segurança e mais policiamento nas cidades, com 27,5%. Muito embora a maior parcela, de 42,5%, considere que a segurança no governo atual continua semelhante aos governos anteriores e 21,2% considere que está pior.

Já as piores ações e marcas do governo são bastante específicas, sendo a pior delas o decreto da liberação de posse e porte de armas, mencionado por 39,1%; o uso de palavras ofensivas e comentários inadequados, por 30,6%; e o contingenciamento de verbas da educação, por 28,2%.

A indicação de um de seus filhos à embaixada do Brasil nos Estados Unidos é vista como inadequada pela maioria da população (72,7%).

# JUDICIÁRIO



*Sergio Moro já não é mais útil para o governo Bolsonaro. A partir de agora, a queda do ex-juiz parece uma questão de tempo.*

## A primeira grande derrota da Lava Jato

O partido da Lava Jato parece estar muito perto de sua primeira grande derrota. O contexto das matérias do *The Intercept Brasil*, *Folha de S. Paulo*, revista *Veja*, *El País* e *BandNews* (Reinaldo Azevedo), que durante os últimos meses divulgaram extensas revelações sobre os bastidores da trama política que se sobrepôs a uma suposta operação de combate à corrupção, provocou uma grande reviravolta na trajetória política do ex-juiz.

As sucessivas derrotas do projeto do superministério da Justiça e da Segurança Pública são óbvias. O projeto de lei “anti-crime”, que entre outras coisas tentava legalizar as irregularidades da república de Curitiba, não deverá ser aprovado conforme proposto pelo governo.

Ainda, Moro foi derrotado na tentativa do governo de flexibilizar o porte de armas via decreto presidencial e na questão do Coaf, cujo controle foi transferido do MJSP para o Banco Central, com a correspondente troca do comando, anteriormente nas mãos de um dos partidários do ministro.

São oito meses de revezes. Agora, Bolsonaro passou

a provocar Moro, a exemplo do que fez com o general Santos Cruz, nas redes sociais. Nos últimos dias de agosto, respondeu a um internauta que falava da importância do ex-juiz para o governo, falando que o seu apoio veio depois do resultado eleitoral.

Para além das intempéries de Moro, é preciso que se coloque em perspectiva o que significa essa situação política de uma forma geral. O Ministério da Justiça e Segurança Pública surgiu no governo Bolsonaro como um grande projeto de poder entregue ao lavajatismo. Uma grande demonstração disso foi a enorme liberdade que o ministro teve para compor a sua equipe, majoritariamente formada por ex-integrantes da operação.

O nascimento desse grupo de alta influência política, formado por profissionais concursados cuja prática política é vedada, se deu exatamente no contexto de instabilidade institucional que toma conta do país desde 2013. No vazio da política, massacrada num conluio entre meios de comunicação, empresários poupados pelas investigações e parte da classe política inconformada com a derrota elei-

toral de 2014, surgiu a república de Curitiba, forte e imponente ante aos “desvios” do PT.

É evidente que não se pode afirmar que não havia corrupção no Brasil. Tampouco que não havia um esquema de corrupção montado na Petrobras. Mas a operação serviu a outros interesses. A Lava Jato nunca foi uma operação de combate à corrupção. Ela foi uma operação de guerra montada para tirar o PT do poder, tanto na mentira do impeachment de Dilma quanto na prisão de Lula.

Primeiramente, é preciso que se dê a devida reflexão ao termo “operação”. Trata-se de um conceito trazido ao Brasil, importado do pensamento norte-americano, cuja ideia principal é mobilizar forças para combater determinado inimigo. A partir desse simples ponto, já causa estranheza, à luz do sistema jurídico brasileiro, que esse termo seja usado para dar nome a um emaranhado de processos judiciais. O sistema brasileiro se baseia no princípio do juiz natural, que deve, sob determinadas circunstâncias, conduzir processos de forma imparcial e isenta do começo ao fim.

Moro desrespeitou uma das primeiras instituições jurídicas brasileiras. Isso porque primeiro se deu ao desfrute de determinar quais eram os “inimigos” da nação. Segundo porque o fez em flagrante desrespeito a técnicas jurídicas e disposições legais básicas para qualquer operador do Direito. E terceiro porque não hesitou em se valer politicamente da pecha de salvador da pátria.

As divulgações da vaza jato apontam para a construção de um processo político dentro do Poder Judiciário e do Ministério Público Federal. As discussões entre os procuradores e o ex-juiz davam conta de buscar atalhos ilegais em investigações, de discutir a projeção política da operação na opinião pública, de vazarem informações sigilosas para cumprir o *timing* dos processos e até mesmo de expressar o ódio e a perseguição dessas pessoas com relação a Lula e ao PT.

Um episódio que merece recordação é a fala de Moro logo após a oitiva de Lula em Curitiba. O ex-juiz afirmou que a defesa havia feito “o showzinho” dela. Essa expressão dá conta de mostrar como o ex-presidente não tinha a menor chance naquele processo do triplex. O livre direito de manifestação

nos autos e perante a opinião pública foi entendido pelo magistrado que julgaria o caso como “showzinho” antes mesmo que o processo fosse encerrado.

Para além da importante conceituação do lawfare (termo utilizado para definir uma guerrilha jurídica, estruturada por agentes do Estado em perseguição a determinada pessoa ou grupo), é preciso que se diga que as inúmeras conversas vazadas dão conta da enorme preocupação do grupo com palestras e com a mobilização da sociedade civil. Ou seja, ali já havia um nítido projeto político em andamento.

Esses elementos são fundamentais para analisarmos o atual momento. As mentiras inventadas em todo esse tempo agora vieram à tona. É verdade que isso ainda não é suficiente para que a opinião pública encare a necessidade de reparações imediatas, como a soltura de Lula e uma séria postura do STF no sentido de corrigir os crimes cometidos pela república de Curitiba.

Mas já é suficiente para o presidente entender que esse embuste já não é mais útil para o seu projeto de poder. Isso porque a garantia institucional do governo é dada por uma aparente maioria no Congresso Nacional e até mesmo pelos outros grupos de poder que sustentam Bolsonaro. Mercado financeiro, agronegócio e militares formam uma trinca histórica do Estado brasileiro, capaz, sim, de sustentar e de derrubar governos. O lavajatismo é um outsider desse ambiente que tentou assumir posição de destaque e até de controle do centro do poder de Brasília.

Se há uma coisa que a elite brasileira não suporta é conviver com pessoas diferentes. Moro, Dallagnol e a sua turma vão precisar aceitar o fato de que jamais integraram elite alguma, e ainda correm o risco de precisarem sair pela porta dos fundos da história. Nessa barca, parece haver espaço para apenas um outsider.

Isso aponta para uma reflexão sobre a composição de governos no Brasil. Os governos que não fizeram coalizões exatamente com os representantes dessa elite (ou pelo menos com a maior parte dela) não terminaram os seus mandatos. A história política brasileira é uma variação entre golpes e coalizões. Talvez como qualquer outra história capitalista, é verdade.

Além de não conhecer Direito, Moro também não conhece a política. Despreza elementos históricos do Brasil em nome de uma empáfia falso-moralista e hipócrita. O ministro se valeu de práticas mafiosas para combater uma falsa máfia, e isso não é política. E aí, também não conheceu a história. Nenhuma máfia ganhou o reconhecimento da elite do poder em lugar algum do mundo.

No duelo de narrativas, o lugar na história de cada um dos envolvidos no maior escândalo brasileiro pós-1988 já está designado. Ao campo progressista cabe propor o debate do que efetivamente ocorreu no país. Combater a corrupção é importante, mas isso só é efetivo se houver uma clara imposição do Estado no sentido de limitar as práticas de mercado que efetivam a sub-

serviência dos governos aos interesses econômicos.

A Lava Jato não tem nada a ver com combate à corrupção. Não é esse o campo simbólico do debate. Da mesma forma que o impeachment não tinha nada a ver com crime de responsabilidade. Ambas “operações” formam uma teia de mentiras que governa o Brasil. É fundamental que o debate se desenlace nesses termos.

O Brasil profundo não reconhece no Judiciário a autoridade esperada pela classe média cujo simbólico é sustentado por práticas elitistas, conservadoras e completamente desconectadas da cultura brasileira. Um projeto político que queira de fato superar a histórica desigualdade precisa entender que o simbólico desse processo é único, e ele nunca foi sobre corrupção.

# SEGURANÇA PÚBLICA



*Esta seção trata da crise na Segurança Pública brasileira, que se agrava e faz mais vítimas. Foram 62 mortos no Pará e no Rio de Janeiro, e as polícias civil e militar já acumulam 881 assassinatos em 2019.*

## Presídios lotados, massacres, tiros e morte

Agosto foi marcado pela repercussão de dois casos que mobilizaram a opinião pública de todo o país: o massacre no Centro de Recuperação Regional de Altamira (CRRALT), no sudoeste do Pará, que deixou 62 detentos mortos. E a morte do sequestrador de um ônibus com 37 pessoas em Niterói, no estado do Rio de Janeiro. Os eventos estampam a crise de segurança pública que o país vive, marcada pela superlotação dos presídios e por uma polícia ostensiva despreparada.

### O massacre no Pará

Entre os dias 29 e 31 de agosto morreram 62 pessoas em CRRALT: dezesseis presos foram encontrados decapitados com armas artesanais e 41 morreram asfixiados durante incêndio. Segundo a apuração do governo, os crimes ocorreram por razões da disputa entre facções criminosas.

Vídeos mostram cabeças sendo jogadas no chão em uma das alas do presídio. Em um momento, um homem, aparentemente um dos presos, chuta uma cabeça como se fosse bola de futebol. Presos aparecem sobre um telhado, onde há corpos estirados e fumaça.

A situação do Centro de Recuperação Regional de Altamira já anuncia a tragédia. Segundo relatório do Conselho Nacional de Justiça, a unidade contava com apenas 33 agentes penitenciários responsáveis pela custódia de 343 presos – mais que o dobro da capacidade da unidade que é de 163 vagas.

Segundo o *Atlas da Violência* de 2017, Altamira está no top dez das cidades com mais homicídios do Brasil. Saltou de 9,1 homicídios por cem mil habitantes em 2000 para 124,6 em 2015.

O que pode explicar essa explosão é o legado de uma desilusão, de um progresso econômico que



nunca chegou. Com o início da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, em 2011, Altamira viu a expansão da economia e da população. Mas sem planejamento nem estrutura para tanta gente e para tanto dinheiro, o progresso se limitou ao campo das promessas. Com a desmobilização do canteiro de obras de Belo Monte ainda em 2015, a crise econômica deu melhores condições para o crime se organizar, já que vê na cidade uma rota para tráfico também internacional, utilizando rios e a Transamazônica. Jovens, sem perspectiva, migraram para o tráfico de drogas como única forma de renda.

Assim, nos últimos anos, o Comando Classe A (CCA, de origem local) se organiza e se fortalece, dividindo o comando do tráfico e das prisões da região com o Primeiro Comando da Capital (com origem em São Paulo), Comando Vermelho (de origem carioca), e Família do Norte do Amazonas (FDN).

Foi então que, em 29 de agosto, integrantes do CCA aproveitaram o momento em que as celas estavam destrancadas no início da manhã, quando os presos tomam café da manhã, para invadir o espaço do CV. Depois de matar parte dos rivais, os integrantes da facção local atearam fogo no pavilhão.

Especialistas explicam que a atuação já violenta do CCA na região piorou com o crescimento rápido do Comando Vermelho (CV) em Belém. O CCA teria ficado preocupado com a influência do CV no Pará. Para o CCA não é muito interessante estabelecer uma aliança com PCC (inimiga do FDN que por sua vez tem forte presença na região amazônica), mas isso poderia estar ocorrendo para, neste momento, conseguir barrar o avanço do CV na região.

O secretário extraordinário para assuntos penitenciários do estado, Jarbas Vasconcelos, disse que não havia nenhum relatório da inteligência reportando um possível ataque. O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, em acordo com o governador do Pará, Helder Barbalho, autorizou a atuação de uma força-tarefa de intervenção penitenciária (numa ação coordenado pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e ofereceu vagas federais para transferência de lideranças criminosas envolvidas na rebelião. Anunciou também a criação de 22 mil novas vagas no sistema prisional, o que segundo ele “minimiza a superlota-

ção nos presídios”. Moro defendeu também que os presos envolvidos nos massacres ficassem presos “para sempre” em presídios federais. Lembremos que prisão perpétua não é prevista no país.

As medidas propostas por Moro resolvem a questão? Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, o Infopen, existem atualmente no Brasil 726.712 presos. Como o país oferece 368.049 vagas, o déficit é de 358.663. O que Moro propõe para 2019 não chega a 10% da “necessidade”. Mas será que há necessidade de se encarcerar tanto? Cerca de 40% são presos provisórios (ainda não passaram por julgamento). Pessoas negras são 64% da população prisional. Os crimes relacionados ao tráfico de drogas são a maior incidência que leva pessoas às prisões, com 28% da população carcerária total. Roubos e furtos somados chegam a 37% - crimes de baixo nível de periculosidade lotam cadeias e ajudam o crime organizado a angariar cada vez mais mão de obra. O projeto do ministro (intitulado lei “anti-crime” e com baixa adesão do Congresso) previa ainda mais encarceramento. A resposta que ele apresenta parece ir na direção oposta à resolução do problema.

Presídios estão superlotados e massacres passam a ser corriqueiros: em Manaus, em 2017, 67 pessoas foram mortas; em Boa Vista, em 2017, 33 execuções ocorreram em resposta às disputas ocorridas dias antes na capital amazonense; na Penitenciária de Alcaçuz, no Rio Grande do Norte, 26 pessoas foram mortas. Em 2018, uma rebelião e tentativa de fuga no Pará terminou com 22 mortos na região metropolitana de Belém. Em 2019, 55 detentos foram mortos em dois dias em Manaus. No Ceará, uma série de ataques liderados por facções criminosas foi responsável no mês de janeiro por 177 mortes violentas na região metropolitana de Fortaleza.

### **Morte de sequestrador no Rio de Janeiro**

Willian Augusto Nascimento, de 20 anos, armado, sequestrou um ônibus com 37 pessoas na ponte Rio-Niterói, na manhã de 20 de agosto. O caso mobilizou a polícia, agentes públicos do governo do Rio de Janeiro, o governador Wilson Witzel e grande parte da imprensa.

Depois de mais de três horas de sequestro, Willian Augusto foi morto por disparos de um atirador de elite da PM (um sniper do Batalhão de Operações Policiais Especiais, o Bope). O criminoso estava armado com uma pistola falsa, uma faca, um teaser (eletrochoque) e também ameaçou atear fogo no veículo com um galão de gasolina.

O governador comemorou o desfecho e abraçou o policial que atirou. O porta-voz da Polícia Militar, coronel Fliess, disse que “Essa é a polícia que veremos ver. Foi necessário o disparo do sniper para neutralizar o marginal e salvar as pessoas do ônibus. Ele está em óbito no local”. Ao final, os policiais comemoraram e rezaram um Pai Nosso.

As Polícias Militar e Civil do Rio mataram 881 pessoas de janeiro a agosto deste ano, segundo o Instituto de Segurança Pública (ISP-RJ). Foram quase quatro mortos por dia, recorde para o período na série estatística de 21 anos, iniciada em 1998. Desse total, 813 vítimas viviam na capital ou em cidades da região metropolitana, com destaque para Niterói, São Gonçalo e Belford Roxo. É a política de "abate" defendida pelo governador Witzel que mata bebês e jovens negros sem ligações com o crime.

Sobre o caso específico do sequestro, inexistem protocolos policiais ao redor do mundo que não orientem o Estado a atirar em caso de ameaça a outras pessoas - inclusive nos países com policiais mais humanistas e progressistas. Num modelo de policiamento minimamente civilizado, o único caso em que o uso da arma deveria ser cogitado é quando há, justamente, ameaça real de vida a outras pessoas. Os questionamentos sobre a ação policial que as cenas despertam - a arma era de brinquedo?; o sequestrador tinha problemas mentais?; ele estava se entregando? - deverão ser respondidos ao longo de uma investigação.

De qualquer forma a ação toda revela uma polícia despreparada para a negociação e para proteção

dos cidadãos. A única resposta parece ser o tiro. O tiro que causa a morte, o trauma e ainda assim é amplamente comemorado pelo governador que, literalmente, pulou de alegria.

### Cenário Geral

No primeiro trimestre de 2019, em comparação com o mesmo período de 2018, houve sensível queda nos homicídios, segundo o G1, mas a queda foi acompanhada - não coincidentemente - de um aumento expressivo da letalidade policial. O recado é claro: aquilo que incomoda é eliminado. Pouca prioridade orçamentária para inteligência e investigação. No Brasil, apenas 6% dos casos de homicídios são esclarecidos.

Ainda, um estudo do Instituto Sou da Paz revelou que de 1,7 bilhão de reais do Fundo Nacional de Segurança Pública, 62% têm sido consumidos pela Força Nacional (composta por policiais cedidos dos estados). A área de prevenção recebeu 4,5% dos recursos do Fundo desde a sua criação, e a valorização policial, 9%. Ou seja, a principal ação federal tem sido manter o funcionamento dessa tropa (como resposta emergencial a crises), com pagamento de diárias aos agentes e logística de deslocamento e estadia, em detrimento de outras ações para fomentar políticas mais robustas de combate à criminalidade.

Importante ressaltar que o governo federal, apesar de não ter atribuição constitucional clara na área da segurança pública - a principal atribuição cabe aos estados -, tem o poder de induzir políticas por meio de exigências ao direcionar recursos, mas isso não tem sido feito.

O país segue agonizando enquanto os governantes agem com pouco compromisso e comemoram a perda de vidas brasileiras.



*Esta seção analisa os últimos dados sobre o mercado de trabalho a partir do Caged e da Pnad Contínua: sob Bolsonaro, no segundo trimestre de 2019, o Brasil bateu recordes na taxa de desalento, na quantidade de desempregados que procuram trabalho há no mínimo dois anos, na taxa de subutilização e no número de trabalhadores por conta própria. Traz também uma análise dos ataques mais recentes à autonomia das instituições federais de educação superior.*

## Um em quatro desempregados procura trabalho há dois anos ou mais

Os dados do Caged passaram a ser divulgados sem coletiva de imprensa mensal, como ocorria anteriormente, e a coletiva agora só ocorre uma vez por trimestre. Os últimos dados divulgados mostram que o Brasil criou 43.820 vagas de trabalho (emprego formal) em julho de 2019, abaixo de junho deste ano (48,4 mil) e de julho de 2018 (47,3 mil). No acumulado de janeiro a julho de 2019, o saldo foi positivo em 461.411 vagas, o melhor desempenho para o período desde 2014, quando a abertura de vagas chegou a 632.224 postos, na série com ajustes. Em doze meses, até julho, houve abertura de 521.542 postos de trabalho. No entanto, o volume de empregos disponível (estoque) continua muito baixo, ainda sem se recuperar da crise que assola o mercado de trabalho desde 2015.

Já quanto à taxa de desocupação, a última medição disponível é a da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) para o do segundo trimestre de 2019, em que foi 12%, 0,7 ponto percentual menos que no primeiro trimestre de 2019 e 0,4 ponto percentual menos que no segundo trimestre de 2019. Regionalmente, há mui-

tas disparidades: enquanto Bahia, Amapá e Pernambuco apresentam índices acima de 16%, Santa Catarina e Rondônia têm índices em torno de 6%. Já em termos de variação, considerando o segundo trimestre de 2018, ela aumentou em Roraima (3,7 pontos percentuais) e Distrito Federal (1,5 ponto percentual), caindo no Amapá (-4,4 p.p.) Alagoas (-2,7 p.p.) e Minas Gerais (-1,2 p.p.), com estabilidade nas demais.

A população desocupada (12,8 milhões de pessoas) ficou estatisticamente estável em relação a igual período de 2018; já a população ocupada cresceu 2,6% (mais 2.401 mil pessoas) na comparação com o mesmo período de 2018, e a população fora da força de trabalho (64,8 milhões de pessoas) recuou -1,0%, ou menos 621 mil pessoas frente ao mesmo trimestre do ano anterior. Mais de um quarto (26,2%) dos desempregados procura trabalho há no mínimo dois anos. São 3,347 milhões de pessoas nessa condição, recorde desde 2012.

Já a taxa composta de subutilização da força de trabalho (percentual de pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e

na força de trabalho potencial em relação à força de trabalho ampliada) foi de 24,8%, maior valor da série histórica, frente a 24,5% no segundo trimestre de 2018. O número de pessoas subutilizadas no Brasil chegou a 28,4 milhões, 923 mil a mais do que no segundo trimestre de 2018. Regionalmente também há grandes disparidades neste índice de subutilização, com Piauí, Maranhão e Bahia com taxas acima de 40%. Já as menores taxas ocorreram em Santa Catarina (10,7%), Rondônia (15,7%) e Mato Grosso (15,8%).

O número de desalentados – aqueles que desistem de procurar emprego ativamente – chegou a 4,9 milhões no segundo trimestre de 2019, e o percentual de desalentados em relação à população na força de trabalho chegou a 4,4%, recorde da série histórica. Regionalmente, este número se concentra na Bahia (766 mil pessoas) e Maranhão (588 mil), com menores concentrações no Amapá e Rondônia (13 mil e 15 mil respectivamente).

Sobre precarização, levantamento da consultoria IDados mostrou que 10,1 milhões de pessoas sobrevivem com menos de um salário mínimo. Outros 3,6 milhões conseguem rendimento igual ou inferior a dez reais por dia, ou trezentos reais por mês. Quanto a isso, a Pnad Contínua traz alguns apontamentos: apesar do número de empregados no setor privado com carteira assinada (exceto trabalhadores domésticos) ter chegado a 33,2 milhões de pessoas, subindo em ambas as comparações, com crescimento de 1,4% (mais 450 mil pessoas) frente ao mesmo período de 2018, o número de empregados sem carteira assinada (11,5 milhões de pessoas) também subiu 5,2% (mais 565 mil pessoas) em relação ao mesmo trimestre de 2018. Também, o número de trabalhadores por conta própria (24,1 milhões) bateu novo recorde da série histórica, com 5% de crescimento (mais 1.156 mil pessoas) frente ao mesmo período de 2018.

### **Educação superior: governo contra-ataca**

Espaço em que há bastante crítica ao governo federal, a educação superior tem sido alvo de polê-

micas medidas do governo. Com o “Future-se”, que foi tema da seção social da edição de julho deste boletim, o governo busca reduzir a autonomia das instituições federais de educação superior, submetendo-as a Organizações Sociais (OSs) que responderiam ao Ministério da Educação. Assim, seria reduzida a autonomia das instituições.

Além disso, sucessivos cortes/contingenciamentos têm colocado grandes problemas para o funcionamento das instituições, que também têm enfrentado uma política do Ministério da Educação de desrespeito a eleições internas para diretor-geral ou reitor, nomeando outras pessoas, até mesmo de fora da lista tríplice que é enviada para o governo. O caso com maior repercussão nas últimas semanas foi o do Cefet-RJ, em que a comunidade acadêmica fez um cordão humano para impedir a entrada de assessor do ministro da Educação, externo à instituição, ao local onde deveria tomar posse do cargo de diretor-geral. Universidades como a Federal do Ceará, Unirio, UFTM, UFGD, UFRB e UFVJM não tiveram suas eleições internas respeitadas. Com a imposição de reitores, o governo pode ter mais facilidade em implementar o programa “Future-se”, proposto pelo MEC, ao qual alguns conselhos universitários já haviam demonstrado repúdio.

Vale lembrar que um dos grandes avanços ocorridos durante os governos do PT quanto à educação superior foi na inclusão de grupos mais vulneráveis, como negros, estudantes de famílias mais pobres e nortistas e nordestinos. Tal inclusão foi fruto de um mix de melhorias sociais e políticas públicas que alteraram as perspectivas das famílias brasileiras, bem como políticas voltadas especificamente para este fim na educação superior (como o Prouni, Reuni, entre outros). As novas propostas não levam em conta em momento algum o aspecto da inclusão na educação superior como algo importante. Pelo contrário, o anterior ministro da Educação de Bolsonaro havia afirmado que a universidade não é para todos. Ainda, é importante frisar que a política de cotas (ações afirmativas), tal como proposto na lei que a instituiu, deve ser revista em 2022, o que ocorrerá ainda no governo Bolsonaro.

# ECONOMIA



*A economia brasileira segue sem sinais de recuperação. Cumpridos os oito primeiros meses de governo Bolsonaro, o quadro de paralisia permanece o mesmo do ano anterior, e as expectativas rebaixadas quanto aos próximos meses demonstram a frustração do mercado em relação à agenda ultraliberal que vem sendo implementada de forma autoritária e lesiva aos interesses da nação. Como se não bastasse, o setor industrial brasileiro segue como o principal vetor da desaceleração, perdendo potência e densidade.*

## Economia segue sem sinais de recuperação

### Nível de atividade

Observando-se os mais recentes indicadores setoriais da atividade econômica (referentes ao mês de junho) revelam-se alguns aspectos bastante preocupantes no cenário já muito degradado pelos cinco anos de crise econômica. Com exceção da produção de grãos, cuja safra 2018/2019 deverá crescer 6%, alcançando 241,3 milhões de toneladas, os demais setores de atividade seguem com níveis de produção cadentes ou estagnados.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS/IBGE), depois de dois meses de recuperação, na passagem de maio a junho, houve uma forte queda de 1% no volume de atividades dos serviços, que foi acompanhada por taxas negativas nos cinco subsetores pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No comparativo entre as médias móveis trimestrais, o trimestre encerrado em junho registrou contração de 0,2% em relação

ao trimestre imediatamente anterior, mantendo a trajetória descendente iniciada em janeiro.

Nas atividades do comércio varejista, os números da PMC do IBGE indicam um quadro de estabilidade. Se comparado o volume de vendas de junho ante maio houve uma leve oscilação positiva de 0,1%, enquanto no comparativo entre as médias móveis trimestrais registrou-se oscilação no sentido inverso (-0,1%) no trimestre encerrado em junho. Já no caso do comércio varejista ampliado, que inclui as vendas de veículos, motos, partes e peças e de materiais de construção, o volume de vendas de junho ficou estável no comparativo mensal (0,0%), após ter crescido nos três meses anteriores quando acumulou alta de 2,0%.

Mas é no setor industrial que os números revelam o quadro mais alarmante. De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, a produção física da indústria brasileira voltou a cair em junho frente ao mês de maio (-0,6%), mantendo uma trajetória

predominantemente descendente desde agosto de 2018 e acumulando um recuo de 1,6% nos primeiros seis meses de 2019, com contração de 1% na passagem do primeiro para o segundo trimestre do ano. Além disso, a queda mensal registrada em junho foi generalizada entre todas as cinco grandes categorias industriais - bens de capital (-0,4%); bens intermediários (-0,3%); bens de consumo (-0,8%), bens duráveis (-0,6%) e semiduráveis (-1,2%) - e afetou dez dos quinze estados acompanhados pelo IBGE.

De fato, como revela de forma emblemática o Termômetro da Indústria (veja Figura 1) mantido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), a situação do setor é extremamente grave. Entre os nove indicadores monitorados pela CNI, todos aqueles que dizem respeito à situação concreta do setor no presente indicam um quadro negativo (em vermelho) ou de estagnação (cinza) sendo que os únicos dois que registram valores positivos são justamente os que refletem a fluida opinião da classe empresarial (o Índice de Confiança do Empresário Industrial - ICEI e a Intenção de Investimento), mas que de toda

maneira estão próximos da linha divisória dos cinquenta pontos, abaixo da qual indicam situação de pessimismo.

Ainda em relação à fotografia de agosto que é revelada pelo Termômetro da Indústria da CNI, cabem algumas considerações importantes. Primeiro, o indicador de estoque efetivo-planejado de bens finais vem crescendo desde o início de 2019 e, em julho, alcançou os 52,8 pontos (numa escala de zero a cem e que acima de cinquenta indica volume de estoque não planejado), o pior resultado desde agosto de 2015 (exceto o mês de maio de 2018, quando a paralisação dos caminhoneiros afetou o indicador). Segundo, o indicador de Utilização da Capacidade Instalada (o UCI varia de zero a cem pontos e valores abaixo de cinquenta pontos indicam que a utilização da capacidade instalada de produção ficou abaixo do usual para o mês) registrou em julho 43,2 pontos, nível ainda inferior ao que era verificado no mesmo mês do ano passado (44,1 pontos) e que indica que uma virtual recuperação da demanda deve demorar para induzir projetos de investimento.

Figura 1 - Termômetro da Indústria



Fonte: CNI/Portal da Indústria. Disponível em: <http://termometro.portaldaindustria.com.br/>

### Comércio Exterior

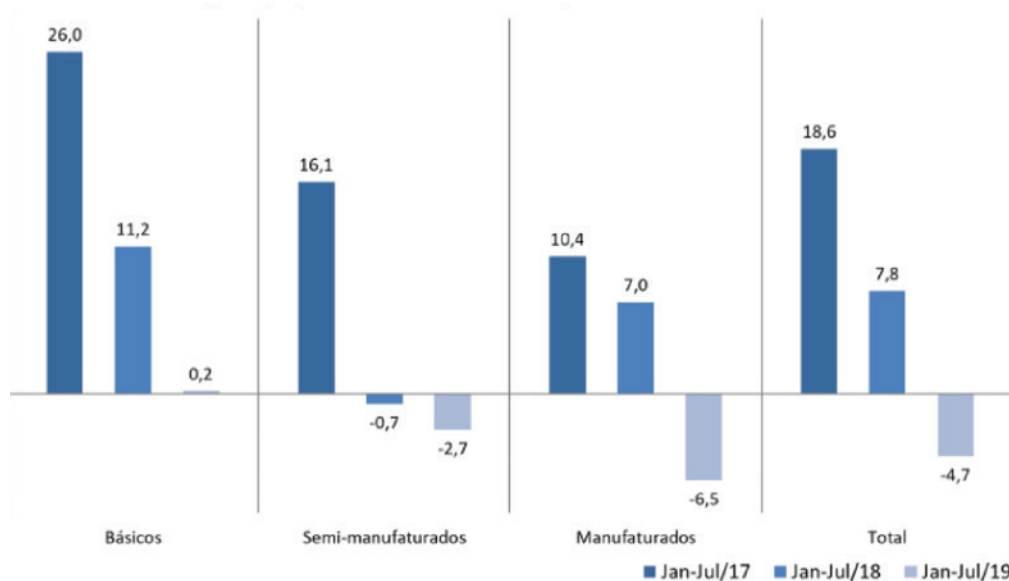
O saldo da balança comercial brasileira vem caindo ao longo do ano, agravado pelo resultado registrado no último mês de julho (2,3 bilhões de dólares),

o pior para o mês desde 2014. No acumulado dos sete primeiros meses do ano o saldo comercial ficou positivo em 28,4 bilhões de dólares, o que representa um recuo de 16,3% ante o mesmo período do

ano passado, quando o país alcançou um superávit de 33,9 bilhões de dólares. A queda observada no período reflete em grande medida a contração do comércio mundial, que fez as exportações caírem 4,7% nestes primeiros sete meses, ante uma queda menos intensa das importações (-0,9%), foi motivada principalmente pelo baixo nível de atividade do mercado interno.

Conforme se pode observar na Figura II, o segmento produtivo que registra a maior queda de suas exportações nestes primeiros sete meses de 2019 é o de bens manufaturados (-6,5), seguido pelo de semimanufaturados (-2,7%). Apenas as exportações de produtos básicos apresentam um leve aumento de 0,2% em relação ao mesmo período do ano passado.

Figura II – Evolução das Exportações ( Variação (%) frente ao mesmo período do ano anterior)



Fonte: Ministério da Economia. Elaboração: IEDI

Vale notar que a forte contração das exportações no último mês de julho - causada em grande medida pela queda do consumo mundial de petróleo e pela redução da demanda chinesa por soja brasileira - ainda não expressava a esperada deterioração das trocas comerciais com a Argentina, cujo agravamento da crise em meados de agosto deve enfraquecer sensivelmente a sua demanda por produtos manufaturados do Brasil nos próximos meses.

### Inflação e política monetária

Com o grave quadro de depressão que se abate sobre a economia brasileira, a inflação continua se mantendo em patamares historicamente baixos. Em julho a inflação oficial (IPCA) ficou muito próxima da estabilidade (0,09%) e na prévia mensal medida pelo IBGE nos primeiros quinze dias de agosto (IPCA-15) a taxa manteve-se em nível muito similar, de apenas 0,08%, influenciada em grande medida pela queda no preço dos combustíveis (-1,7%). Com isso, as es-

timativas do mercado para a inflação anual indicam uma taxa de 3,65%, patamar significativamente inferior à meta perseguida pelo Banco Central (4,25%).

Frente a esse cenário de inflação cadente, economia deprimida e elevado nível de desocupação, têm crescido a pressão sobre o Banco Central pela redução da taxa básica de juros (Selic), a qual, segundo a mediana das opiniões dos analistas que compõe o boletim Focus, deve encerrar o ano de 2019 em 5,0%.

Contudo, a disfuncionalidade da ortodoxia monetária praticada pelos homens de mercado que comandam o Banco Central fica a cada dia mais patente. Apesar do patamar historicamente baixo da taxa Selic - a taxa real está em 1,63% a.a. - e da realização de todas as "reformas estruturais" que eram demandadas pela banca financeira, o crédito na ponta (isto é, aquele que chega ao consumidor) segue ainda mais caro. A taxa de juros do cheque especial, por exemplo, alcançou em julho o mais alto patamar dos últimos vinte e cinco anos (322% a.a.).

### Contas Públicas e Política Fiscal

Após apresentar os resultados do Relatório de Acompanhamento Fiscal do terceiro bimestre de 2019, o governo central ampliou o contingenciamento para 34,2 bilhões de reais, o que corresponde a um quarto de seus gastos discricionários. Considerando que houve alguma melhora na arrecadação dos tributos administrados pela Receita Federal nos meses de junho e julho, a insistência do governo em manter o torniquete sobre os gastos dos ministérios revela o apego quase irracional da atual equipe do Ministério da Economia em relação ao arrocho fiscal. Em um momento de grave carência de demanda, ao invés de agir de modo anticíclico, conferindo algum alívio ao setor privado por meio da expansão dos gastos públicos, a política fiscal comandada pelo ministro Paulo Gue-

des continua atrelada à ideologia simplista da Escola de Chicago realizando cortes de gastos em todas as frentes possíveis. Com isso, nos primeiros seis meses do ano, o déficit primário do governo central alcançou 28,2 bilhões de reais, resultado 12,3% inferior ao que foi registrado no mesmo período de 2018. Além do desempenho positivo da arrecadação ter ajudado na referida redução do déficit primário, a contração das despesas do governo federal – principalmente nas rubricas de investimentos – caíram 1,4% em 2019 quando comparadas aos primeiros seis meses do ano passado. Não surpreende, portanto, que a taxa de investimento siga estacionada no pior patamar de nossa história, que treze milhões de brasileiros estejam sem ocupação e que nosso setor industrial esteja regredindo aos níveis da década de 1920.



# TERRITORIAL



*Os primeiros seis meses do governo Bolsonaro têm sido ainda mais nocivos à qualidade de vida e de trabalho da população brasileira. Neste período, o número de trabalhadores pobres aumentou em 362 mil, cerca de 94% das vagas de trabalho criadas foram de perfil econômico vulnerável e a renda média real dos trabalhadores de todas as classes sociais regrediu, com tendência ao aumento da desigualdade social.*

## Trabalhadores pobres no governo Bolsonaro

Com o agravamento da precarização no mercado de trabalho brasileiro, mais trabalhadores estão ingressando na situação de pobreza econômica. Não bastasse a fragilizante reforma trabalhista aprovada no governo Temer, as medidas executadas pelo atual governo, proclamadas como de desenvolvimento econômico e geradoras de emprego, já começam a demonstrar resultados alarmantes para a qualidade de vida do trabalhador. Em seis meses já aumentou em 362 mil o saldo de trabalhadores em situação de pobreza.

Em consequência, este estudo busca mensurar o avanço da precariedade entre os trabalhadores mais vulneráveis ao longo dos dois primeiros trimestres de 2019, esboçando uma replicação da consistente metodologia de análise dos “padrões de vida” do trabalhador, elaborada pelo professor Waldir Quadros, da Unicamp, por meio da renda auferida pelo trabalhador ocupado, captada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) trimestral, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

### Estratificação socioeconômica

A tabela 1 expõe cinco padrões de vida do trabalhador, desde a situação de miséria até a de alta classe média. Por meio dela, pode-se notar o já citado incremento de trabalhadores pobres no mercado de trabalho, chegando a um total de 73 milhões no segundo trimestre de 2019, o correspondente a 80,2% do total de ocupados.

Nota-se que este incremento ocorreu na faixa denominada “pobres intermediários”, que compreende trabalhadores cujos rendimentos vão de 1.163 a 2.907 reais, conforme tabela detalhada na seção metodológica. Cabe salientar que, apesar do valor de corte desta faixa ser pouco inferior a três salários mínimos, a renda média desta foi de 1.723,37 reais no segundo trimestre de 2019, ou seja, grande parte deles recebem valores significativamente inferiores a dois salários mínimos.

Os número de trabalhadores no perfil de média e alta classe média cresceu entre o quarto trimestre de 2018 e o segundo trimestre de 2019, obtendo

um saldo positivo de 142.870 novas ocupações. No entanto sua renda regrediu, principalmente a da média classe média (-2,2%), resultado similar à da camada superior dos pobres (-2%). Ao analisar a redução na renda dos extremos da tabela, percebe-se que a renda que proporcionalmente menos regrediu

foi a da alta classe média (-0,9%), que corresponde à metade da redução dos trabalhadores em situação de miséria (-1,8%). Este dado se soma a outras estatísticas recentes que apontam para a retomada do aumento da desigualdade social no país.

**Tabela 1 – Trabalhadores com rendimentos por “padrão de vida”**

"Padrões de vida"	4º trimestre de 2018				2º trimestre de 2019				Variação no período	
	Nº	%	% acumul.	Renda média *	Nº	%	% acumul.	Renda média	Nº	Renda média (%)
Miseráveis	11.698.330	12,9	12,9	323,08	11.677.711	12,8	12,8	317,36	-20.620	-1,8
Massa trabalhadora	24.138.785	26,7	39,6	944,43	23.755.775	26,1	38,9	933,89	-383.010	-1,1
Pobres intermediários	36.800.773	40,7	80,2	1.758,44	37.566.982	41,3	80,2	1.723,37	766.209	-2,0
<b>POBRES</b>	<b>72.637.888</b>	<b>80,2</b>		<b>1.256,77</b>	<b>73.000.468</b>	<b>80,2</b>		<b>1.241,54</b>	<b>362.579</b>	<b>-1,2</b>
Média Classe Média	12.010.079	13,3	93,5	3.918,96	12.101.896	13,3	93,5	3.833,99	91.817	-2,2
Alta Classe Média	5.867.574	6,5	100,0	12.169,31	5.918.627	6,5	100,0	12.064,11	51.053	-0,9
Total	90.515.541	100,0		2.317,40	91.020.991	100,0		2.289,96	505.450	-1,2

\* valores deflacionados pelo INPC.

Fonte: Elaborado a partir de réplica e atualização próprias da metodologia de QUADROS, Waldir José de. A evolução da estrutura social brasileira - Notas metodológicas. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 147, nov. 2008, por meio dos Microdados do Pnad Contínua trimestral/IBGE.

### Regionalização dos trabalhadores pobres

A tabela 2, por sua vez, permite um olhar regional para esta variação do número de trabalhadores pobres entre o quarto semestre de 2018 e o segundo de 2019, bem como sua concentração. Desta forma, destaca-se que pouco menos da metade (43,8%) dos trabalhadores pobres do país se concentravam na região Sudeste e que outros um quarto destes (24,9%) residiam na região Nordeste no segundo semestre de 2019. A distribuição proporcional de

trabalhadores pobres nas regiões Norte (8,2%) e Nordeste (24,9) é superior ao do total de ocupados nestas duas regiões (7,6% e 22,6%, respectivamente), diferente das demais regiões do país.

Outro aspecto que também chama atenção nas regiões Nordeste e Norte é a proporção do total de seus trabalhadores em situação de pobreza, as maiores do país, com 88,3% para a primeira e 86,6% para a segunda. As demais regiões estão em um patamar próximo, entre 76,1% e 77,2%.

**Tabela 2 – Trabalhadores pobres e total de ocupados por grande região**

Grande região	4º trimestre de 2018					2º trimestre de 2019				
	Nº de trab. pobres	Pobres do país	Nº ocupados	% ocup.	Pobres na região	Nº de trab. pobres	Pobres do país	Nº ocupados	% ocupados	Pobres na região
Centro-oeste	5.843.466	8,0	7.675.425	8,5	76,1	5.936.869	8,1	7.716.298	8,5	76,9
Nordeste	18.175.103	25,0	20.586.379	22,7	88,3	18.168.469	24,9	20.578.355	22,6	88,3
Norte	6.004.180	8,3	6.926.188	7,7	86,7	5.964.076	8,2	6.890.233	7,6	86,6
Sudeste	31.692.764	43,6	41.026.128	45,3	77,3	31.991.531	43,8	41.466.356	45,6	77,2
Sul	10.922.378	15,0	14.301.421	15,8	76,4	10.939.524	15,0	14.369.751	15,8	76,1
Brasil	72.637.891	100,0	90.515.541	100,0	80,2	73.000.469	100,0	91.020.993	100,0	80,2

Fonte: Elaboração própria a partir dos Microdados do Pnad Contínua trimestral/IBGE.

Não bastassem tais fragilidades, a tabela 3 expõe que as regiões Norte e Nordeste foram as únicas do país que apresentaram redução no total de ocupados no período, 35.955 trabalhadores para a primeira e 8.024 para a segunda, o que, em consequência, também fez cair o número de trabalhadores pobres apenas nestas duas regiões. No Norte, no entanto, a proporção desta redução (-0,7%) foi superior à do total de ocupados (-0,5%).

A maior parte do saldo ocupacional positivo (505.452) do país ocorreu na região Sudeste, 440.228 vagas ocupadas, seguido da região Sul,

68.330 e do Centro-Oeste, com 40.873 vagas ocupadas. Há que se observar, no entanto, o nível de fragilidade econômica destas vagas, pois 94% delas possuíam ganhos dentro da faixa de pobreza. Tendo em vista que esta proporção para o total de ocupados foi de 80,2% no segundo trimestre deste ano, pode-se dizer que o país está substituindo empregos por outros com menor remuneração, dentro da faixa de pobreza. Um exemplo é a região Centro-Oeste, onde a proporção de trabalhadores pobres cresceu no período três vezes mais do que a do total de ocupados (1,6% frente a 0,5%).

**Tabela 3 – Variação do número de trabalhadores pobres e total de ocupados por grande região**

Grande região	Variação do 4º trim. 2018 ao 2º trim. de 2019			
	Nº de trab. pobres	Nº de ocupados	% de trab. Pobres	% de ocupados
Centro-oeste	93.403	40.873	1,6	0,5
Nordeste	-6.634	-8.024	-0,04	-0,04
Norte	-40.104	-35.955	-0,7	-0,5
Sudeste	298.767	440.228	0,9	1,1
Sul	17.146	68.330	0,2	0,5
Brasil	362.578	505.452	0,5	0,6

Fonte: Elaboração própria a partir dos Microdados do Pnad Contínua trimestral/IBGE.

### Atividades econômicas

Ao observar os setores de atividade dos trabalhadores em situação de pobreza, cabe destaque ao comércio e reparação de veículos, onde se concentram 20% dos trabalhadores pobres, à indústria em geral, 13,1% e ao setor de educação, saúde humana e serviços sociais, com 10,3% o total de trabalhadores vulneráveis no segundo trimestre deste ano.

No entanto, a tabela 4 traz outro aspecto relevante à tona: a proporção de trabalhadores em situação de pobreza por grupo de atividade. Nesta temática, observa-se que praticamente todos os ocupados nas atividades de serviços gerais estão no perfil de pobreza, bem como nove em dez dos profissionais que desempenham atividades agrícolas ou de alojamento e alimentação. As atividades com menor concentração de trabalhadores vulneráveis são administração pública (52%), educação, saúde humana e serviços sociais (66,5%) e informação, comunica-

ção e atividades financeiras (67,6%).

Nos seis primeiros meses de 2019, algumas atividades apresentaram maior crescimento no volume de trabalhadores pobres. Foram elas: agropecuária (3,7% ou 248.404 pessoas), alojamento e alimentação (2,9% ou 134.424 pessoas) e transporte, armazenagem e correio (2,6% ou 95.231 pessoas). As atividades com maior redução foram as de construção (-3,4% e 201.804 pessoas) e administração pública (-2,4 e 64.380 pessoas).

A proporção de trabalhadores vulneráveis por atividade também apresentou alterações relevantes neste curto período de seis meses, como o aumento de 1,5 ponto percentual (pp) nas atividades de alojamento e alimentação e 0,5 pp na agropecuária. As atividades de administração pública apresentaram maior retração neste aspecto, de 1,2 pp, com a proporção de trabalhadores pobres indo de 53,2% para 52% no período.

Tabela 4 – Trabalhadores pobres por grupo de atividade econômica

Grupo de atividades do trabalho principal	4º trimestre de 2018			2º trimestre de 2019		
	Nº	%	% na atividade	Nº	%	% na atividade
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	14.772.024	20,3	85,5	14.612.169	20,0	85,6
Indústria geral	9.470.598	13,0	81,5	9.550.445	13,1	80,7
Educação, saúde humana e serviços sociais	7.469.274	10,3	66,6	7.538.108	10,3	66,5
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	6.932.231	9,5	67,4	7.064.970	9,7	67,6
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	6.655.979	9,2	91,3	6.904.383	9,5	91,8
Serviços domésticos	6.163.620	8,5	98,8	6.171.720	8,5	99,1
Construção	5.953.533	8,2	87,9	5.752.249	7,9	87,6
Alojamento e alimentação	4.623.321	6,4	90,2	4.757.745	6,5	91,7
Outros Serviços	4.153.244	5,7	85,2	4.182.748	5,7	85,0
Transporte, armazenagem e correio	3.723.554	5,1	78,9	3.818.785	5,2	78,9
Administração pública, defesa e seguridade social	2.686.099	3,7	53,2	2.621.719	3,6	52,0
Atividades mal definidas	34.411	0,0	84,6	25.427	0,0	70,6
Total	72.637.888	100,0	80,2	73.000.468	100,0	80,2

Fonte: Elaboração própria a partir dos Microdados do Pnad Contínua trimestral/IBGE.

## Ocupações

A tabela 5 permite observar que, no segundo trimestre de 2019, um quarto dos trabalhadores vulneráveis atuavam como trabalhadores dos serviços, vendedores de comércios e mercados e que outros 20% desempenhavam ocupações elementares em diversos setores, como ajudantes de cozinha, no plantio ou na indústria.

A presença de trabalhadores vulneráveis cresceu, nos primeiros seis meses de 2019, nos agrupamentos ocupacionais dos trabalhadores qualificados da agropecuária (0,4 pp e 308.091 pessoas), dos técnicos e profissionais de nível médio (0,3 pp e 226.196 pessoas), dos trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados (0,2 pp e 224.642 pessoas) e entre os trabalhadores de apoio administrativo (0,1 pp e 133.179 pessoas).

Tabela 5 – Trabalhadores pobres por grupamentos ocupacionais

Grupamentos ocupacionais do trabalho principal	4º trimestre de 2018		2º trimestre de 2019	
	Nº	%	Nº	%
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	18.468.203	25,4	18.692.845	25,6
Ocupações elementares	15.154.506	20,9	14.991.478	20,5
Trabalhadores qualificados, operários e artesões da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	10.890.176	15,0	10.718.703	14,7
Operadores de instalações e máquinas e montadores	6.723.639	9,3	6.697.896	9,2
Trabalhadores de apoio administrativo	6.415.028	8,8	6.548.207	9,0
Técnicos e profissionais de nível médio	4.591.833	6,3	4.818.029	6,6
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	4.254.606	5,9	4.562.697	6,3
Profissionais das ciências e intelectuais	4.402.686	6,1	4.293.063	5,9
Diretores e gerentes	1.493.997	2,1	1.465.742	2,0
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	222.165	0,3	195.243	0,3
Ocupações mal definidas	21.050	0,0	16.564	0,0
Total	72.637.889	100,0	73.000.467	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos Microdados do Pnad Contínua trimestral/IBGE.

A tabela 6 lista as dez ocupações com maior presença de trabalhadores vulneráveis. Juntas correspondem a um terço destes trabalhadores. As três ocupações mais representativas são a dos trabalha-

dores dos serviços domésticos em geral (6,4% e 4,7 milhões de pessoas), os escriturários gerais (4,1% e 3 milhões de pessoas) e os balconistas e vendedores de lojas (2,97 milhões de pessoas).

**Tabela 6 – As dez ocupações mais representativas entre os trabalhadores pobres**

Ocupações	Nº	%
Trabalhadores dos serviços domésticos em geral	4.707.862	6,4
Escriturários gerais	3.021.089	4,1
Balconistas e vendedores de lojas	2.975.116	4,1
Trabalhadores de limpeza de interior de edifícios, escritórios, hotéis e outros estabelecimentos	2.509.877	3,4
Pedreiros	2.504.118	3,4
Comerciantes de lojas	2.321.976	3,2
Agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura (exclusive hortas, viveiros e jardins)	2.207.347	3,0
Condutores de automóveis, taxis e caminhonetes	1.572.376	2,2
Cozinheiros	1.469.866	2,0
Vendedores a domicilio	1.454.811	2,0
Outras ocupações	48.256.029	66,1

Fonte: Elaboração própria a partir dos Microdados do Pnad Contínua trimestral/IBGE.

Na tabela 7 encontram-se as dez ocupações que mais agregaram trabalhadores vulneráveis nos primeiros seis meses deste ano, com destaque para os agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura (mais 196.736 trabalhadores no período e crescimento de 9,8%), para os condutores de automóveis (93.108 e 6,3%) e para os cozinheiros (86.226 e

6,2%). Algumas ocupações apresentaram aumentos no número de trabalhadores vulneráveis superiores a 15% neste curto período, como a dos técnicos de redes e sistemas de computadores, com mais 43.296 trabalhadores neste perfil, crescimento de 34,7% em relação ao último trimestre de 2018.

**Tabela 7 – As 10 ocupações que mais cresceram entre os trabalhadores pobres**

Ocupações	Nº 4º trim. 2018	Nº 2º trim. 2019	Variação Nº	Variação %
Agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura (exclusive hortas, viveiros e jardins)	2.010.611	2.207.347	196.736	9,8
Condutores de automóveis, taxis e caminhonetes	1.479.268	1.572.376	93.108	6,3
Cozinheiros	1.383.640	1.469.866	86.226	6,2
Escriturários gerais	2.939.382	3.021.089	81.707	2,8
Trabalhadores elementares da indústria de transformação não classificados anteriormente	510.076	587.236	77.160	15,1
Cuidadores de crianças	912.536	973.434	60.898	6,7
Especialistas em tratamento de beleza e afins	964.061	1.015.967	51.906	5,4
Ajudantes de cozinha	572.541	621.313	48.772	8,5
Mecânicos e reparadores de máquinas agrícolas e industriais	310.115	358.548	48.433	15,6
Técnicos de redes e sistemas de computadores	124.855	168.151	43.296	34,7
Outras ocupações	61.430.804	61.005.140		

Fonte: Elaboração própria a partir dos Microdados do Pnad Contínua trimestral/IBGE.

## Metodologia

Como já mencionado, os resultados apresentados foram elaborados replicando a metodologia elaborada pelo professor Waldir Quadros, da Unicamp. Cabe salientar que tal metodologia não é baseada em simples cortes de renda, ela resulta de estudos que se aproximam do conceito de Sociologia das ocupações, que buscaram captar as ocupações con-

sideradas típicas de cada camada social. As linhas de corte de renda dos trabalhadores, que para esta atualização foram deflacionadas até o mês de referência (maio) da PNADC do segundo trimestre de 2019, são, portanto, consequência e resultado destas análises ocupacionais prévias. Um dos estudos, relacionado a esta metodologia, pode ser acessado por meio do link <http://www.eco.unicamp.br/do-cprod/downarq.php?id=1777&tp=a>

**Tabela 8 – Linhas de corte das classes de “padrão de vida”**

"Padrões de vida"	Linhas de corte (em R\$) em outubro de 2018	Linhas de corte (em R\$) em maio de 2019
Alta Classe Média	acima de 5.660	acima de 5.815
Média Classe Média	de 2.830 a 5.660	de 2.907,51 a 5.815
Pobres Intermediários	de 1.132 a 2.830	de 1.163,01 a 2.907,50
Pobres	de 566 a 1.132	de 581,51 a 1.163
Miseráveis	até 566	até 581,50

Obs. valores deflacionados pelo INPC. Fonte: Atualização e réplica próprias a partir da metodologia de QUADROS, Waldir José de. A evolução da estrutura social brasileira - Notas metodológicas. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 147, nov. 2008, atualizado pelo estudo "A Profundidade da atual crise social", do mesmo autor, de 2019.

A partir das linhas de corte acima mencionadas, fez-se uso neste estudo dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral, do IBGE, de onde se extraiu a tabela 9, que mostra os resultados oficiais do IBGE para o total de ocupados por tipo de remuneração para os dois trimestres aqui analisados. Como o estudo se baseia em uma linha

de corte monetária, os trabalhadores com remuneração em benefícios ou sem remuneração no trabalho principal não foram contabilizados nas quantificações deste estudo. A grande maioria destes trabalha em negócios familiares de diferentes perfis e rendimentos, o que distorceria o estudo ao qualificá-los diretamente em alguma das categorias de padrão de vida.

**Tabela 9 – Tipo de remuneração dos ocupados**

Tipo de remuneração	Nº 4º trim. 2018	Nº 2º trim. 2019
Remuneração em dinheiro, produtos ou mercadorias no trabalho principal	90.495.356	91.003.793
Remuneração em benefícios ou sem remuneração no trabalho principal	2.241.074	2.338.032
Total	92.736.430	93.341.826

Fonte: Elaboração própria a partir dos Microdados do Pnad Contínua trimestral/IBGE.

# COMUNICAÇÃO



*Esta seção traz análises do principal tema nacional tratado pela mídia brasileira e estrangeira em meados de agosto: as queimadas ocorridas na Amazônia e a catastrófica política ambiental do governo Bolsonaro, que vem sendo bastante criticada na imprensa. Analisa ainda a repercussão das notícias nas redes sociais online.*

## A repercussão das queimadas na Amazônia nas redes sociais

Um dos elementos cruciais nesse momento para o debate que envolve a Amazônia é a politização sobre o tema. Para além das manifestações de líderes, influenciadores e celebridades dos mais variados espectros políticos, chama a atenção a inexistência de lideranças políticas no Brasil que tenham, até aqui, se posicionado como figuras centrais nesse debate.

A ausência de uma figura que conduza a indignação com o tema é nítida. Em algumas poucas imagens Marina Silva é lembrada, mas em volume ínfimo. Povos originários e bombeiros são lembrados, ainda que em pequeno volume. Bolsonaro, por sua vez, é extremamente citado como o responsável pelas queimadas.

As questões político-ambientais fizeram com que a esfera de atuação da rede de esquerda ficasse reduzida, no Twitter, a apenas 9,77% do universo analisado. Em termos de comparação, esse agrupamento ocupa regularmente entre 34 e 55% dos universos de análise de temas políticos

Ao observar comentários realizados no Facebook, deve-se ponderar a ideia de que “todos gostam e defendem a preservação da natureza”. No momento, isso pode ser um erro, pois muitos usuários e não apenas da rede bolsonarista tratam o tema com descaso e “muito barulho por nada”.

Assim, o monitoramento aponta que, em 21 de agosto, 58,62% dos comentários eram em defesa

da Amazônia e críticos ao governo Bolsonaro, enquanto 33,33% eram contra as manifestações e em defesa de Bolsonaro. No dia 22 à tarde, esse volume caiu para 51,25% positivo e subiu para 41,25% negativo. No fim, do dia, pós manifestações de Macron pelo Twitter, essa disputa ficou ainda mais nítida: 59,57% dos comentários defendiam Bolsonaro, enquanto 25,53% criticavam o governo federal e defendiam a Amazônia.

Para além de analisar os números de forma meramente quantitativa, deve-se interpretá-los como um alerta na condução da narrativa desse tema: é preciso pensar em formas alternativas de dialogar e mostrar o problema político que está por trás das queimadas e o desmatamento da Amazônia promovido pelo governo Bolsonaro.

Deve-se ter em mente que uma das linhas de contra-ataque da rede bolsonarista - linha essa potencialmente positiva para Bolsonaro - unifica argumentos contra: interferência estrangeira + criminalização das ONGs + defesa da soberania + argumento de que "sempre foi assim e só estão falando porque é o Bolsonaro".

Em suma, talvez o principal obstáculo a ser superado aqui (e que pode resultar em ganhos políticos para quem conseguir ultrapassá-lo) é explicar e expor elementos que possam dialogar com um setor da sociedade de que não se impacta com questões ambientais e ao mesmo tempo desconfia de uma mobilização internacional em torno de um tema que, segundo esses usuários, não merece tanta atenção.

### **Bolsonaro é visto como desastre na política ambiental**

A desastrosa atuação do governo Bolsonaro em relação à devastação da Amazônia vem ampliando a imagem negativa do governo, nacional e internacionalmente, e recebeu críticas de editorialistas dos grandes grupos da mídia tradicional brasileira.

Até mesmo o *Estadão*, que vinha aliviando constantemente para o lado do governo sob o argumento de que foi eficiente na aprovação das reformas e no plano de privatizações, publicou no dia 25 de agosto o editorial intitulado "A defesa da soberania nacional", no qual afirma que "Em oito meses, Jair Bolsonaro conseguiu arruinar a reputação do Brasil

em uma das poucas áreas nas quais o país se destacava de maneira razoavelmente positiva".

O texto diz que o chefe de Estado age de forma autoritária e imprudente diante da crise da Amazônia, "deflagrada por atitudes intempestivas a respeito do meio ambiente, adotadas irrefletidamente pelo presidente Bolsonaro e alguns de seus ministros." O texto destaca ainda a péssima repercussão internacional da atuação do presidente e seu tom nada diplomático em relação aos governantes da Alemanha, da Noruega e da França, que o haviam criticado. E conclui que "ao preferir ofender a inteligência de todo o mundo civilizado, o governo Bolsonaro apenas desmoraliza o Brasil".

A mesma crítica aparece no editorial da *Folha de S.Paulo*, "Abaixar o Fogo", publicado em 24 de agosto, que destaca as bravatas do presidente como agravantes da crise gerada pela elevação do desmatamento. "Bolsonaro demitiu o diretor do órgão que apontou números desfavoráveis; sem nenhuma base, apontou ONGs como suspeitas de piromania florestal; por fim, distribuiu críticas a países europeus que cortaram verbas para o país e questionaram sua política ambiental."

O texto ainda alerta para as possíveis consequências na esfera econômica: "O estrago de imagem está feito, de todo modo, e pode ter repercussões comerciais importantes. Franceses e irlandeses já ameaçam o acordo Mercosul-União Europeia, que precisa ser aprovado por todos os países envolvidos." E conclui que a principal medida entre as necessárias para estancar a crise é o ajuste do tom de Bolsonaro.

Também no dia 24 o integrante do conselho editorial do *Grupo Globo Merval Pereira* publicou artigo no qual argumenta que a mobilização do mundo em torno das queimadas da Amazônia deve-se à inabilidade da retórica, muitas vezes seguida de atos concretos, do governo brasileiro em relação ao meio ambiente, desde o início do mandato de Bolsonaro. "O governo brasileiro, se tivesse o mínimo de inteligência política e compreensão da inter-relação das economias num mundo globalizado, tinha feito algo desde o início da estação de seca na região", afirma.

O título da reportagem do *Valor Econômico* publicada no dia 26 de agosto, "Brasil quer mais prote-



ção para jacarandá, tubarão e borboleta”, anuncia com sarcasmo o descaso do governo brasileiro em uma convenção de Genebra realizada ao mesmo tempo em que é acusado na cena internacional de pouca vontade para proteger a Amazônia. O texto cita ainda recente gafe cometida pelo presidente Bolsonaro, que atacou a Noruega pelo que chamou de "matança das baleias", postando imagens que na verdade tinham sido feitas na Dinamarca.

### As queimadas na imprensa estrangeira

As queimadas na Amazônia foram o assunto da maior parte das reportagens publicadas sobre o Brasil nos grandes veículos de comunicação do mundo em agosto. O país voltou a ser alvo de publicações diariamente, algo que só foi visto, na história recente, em 2016 quando havia milhões de pessoas nas ruas em função do golpe de Estado que ocorria. Nos dias atuais o que voltou a atenção do mundo para o Brasil foi política ambiental do governo de Jair Bolsonaro.

Para os veículos estrangeiros, as queimadas na Amazônia serviram para confirmar o que já vinha sendo noticiado por eles desde que Bolsonaro assumiu o poder: que o atual governo não tem compromisso com a preservação do meio ambiente e da Amazônia, em especial. Os constantes ataques aos povos indígenas, aos órgãos de fiscalização como Ibama e ICMBio, além da retórica de fortalecimento do capital ante as questões de preservação do meio ambiente vêm sendo noticiados no mundo todo desde a campanha eleitoral de 2018. O aumento do desmatamento foi tratado nessas reportagens como a materialização dos objetivos do discurso bolsonarista.

Os textos publicados nos jornais estrangeiros apresentam Jair Bolsonaro como um negacionista do aquecimento global que se cercou de outros céticos que não se preocupam com a aceleração do desmatamento. O *New York Times* coletou gráficos das queimadas registradas na região desde 2001 e convocou especialistas para analisá-los. A conclusão foi de que nunca se tratou de um fenômeno natural. O período de agosto a outubro é o espaço de tempo com o maior número de ocorrências e esse intervalo coincide com o período de prepara-

ção do plantio de soja e milho, culturas que cercam a floresta amazônica em diferentes estados.

Atear fogo é uma das práticas adotadas por produtores rurais. Além disso, de acordo com os cientistas da Universidade de Maryland, os gráficos mostram que houve um aumento no número de queimadas, algo que já havia sido apontado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Inpe, órgão que foi alvo de censura do governo federal por ter divulgado dados sobre o desmatamento.

A Amazônia é tratada pelos veículos estrangeiros não como o “pulmão do mundo”, mas como um ponto de equilíbrio do clima no planeta. Por isso, a primeira avalanche de notícias sobre a crise ambiental tratava das queimadas que chegaram até o Sudeste do Brasil nas nuvens carregadas de fuligem. A partir dessas notícias, o presidente da França publicou um texto no Twitter dizendo que “nossa casa” estava literalmente queimando. O posicionamento é carregado de teor político, como apontou a revista britânica *The Observer* – uma publicação especial do jornal *The Guardian* que sai aos domingos, dia considerado o mais importante para a imprensa.

Em um editorial publicado no dia 25, o veículo inglês apoia a intenção de Emmanuel Macron de impor sanções ao Brasil e classifica Jair Bolsonaro como integrante de um grupo de políticos populistas de extrema-direita que negam o aquecimento global. O grupo seria liderado por Donald Trump. No dia seguinte, em outro editorial, o *Guardian* afirma que Bolsonaro não pode buscar saídas para a crise econômica ameaçando o planeta. O fato é que o posicionamento do presidente francês fez com que a situação da Amazônia se transformasse em uma briga política e diplomática. A discussão pública entre Jair Bolsonaro e Macron foi notícia em todos os veículos de comunicação do mundo. Inclusive, o comentário do presidente brasileiro sobre a esposa do francês e as críticas nada diplomáticas feitas por Eduardo Bolsonaro e pelo ministro da Educação.

A briga diplomática acentuou a crise com relação ao meio ambiente e colocou Bolsonaro como um presidente que não é razoável e que não tem habilidade para lidar com a diplomacia. Na maior parte dos textos que rodaram o mundo através dos grandes veículos como *Economist*, *Guardian*, *Le Monde*, *El*

*Mundo*, *Diário de Notícias*, *DW* e *New York Times*, o presidente brasileiro foi mencionado como político populista de direita, racista, homofóbico e misógino.

O personagem que acabou ficando em posição antagonista, Emmanuel Macron, é lembrado somente por sua agenda em prol do meio ambiente. Os ministros brasileiros foram citados como céticos do aquecimento global e favoráveis a aceleração do desmatamento de florestas em prol de supostos benefícios econômicos. Além de expor o que era declarado por estes personagens, as reportagens ainda ouviram especialistas e ambientalistas.

Os primeiros afirmaram de forma uníssona que as queimadas foram causadas, exclusivamente, pela ação de pessoas. Os ambientalistas foram utili-

zados nos textos para reforçar os argumentos de que o governo brasileiro tem sido condescendente com o desmatamento de florestas porque desde o começo do ano vem aplicando medidas que diminuem a fiscalização e a aplicação de multas e, por outro lado, ainda promove um discurso que incentiva o desmatamento.

A postura do governo brasileiro foi muito bem resumida pela manchete de uma reportagem do periódico português *Diário de Notícias*: “Da China à França. Bolsonaro declara guerra ao mundo”. O tom da imprensa estrangeira é muito mais crítico do que o utilizado pela imprensa brasileira. Outra enorme diferença é que os posicionamentos adotados por Jair Bolsonaro e os seus costumam sempre ser confrontados por opiniões que servem como contraponto.

# MOVIMENTOS SOCIAIS



*O MST acredita que a insatisfação popular eclodirá mais cedo ou mais tarde. Enquanto isso, os movimentos sociais lutam para politizar suas bases e ampliar o alcance de suas mensagens. A questão ambiental é vista como oportunidade de debate mais amplo.*

## Movimentos sociais lutam para politizar suas bases

Muitos se perguntam onde estariam os movimentos sociais e em que momento a insatisfação popular eclodirá em revolta organizada.

Na prática, os movimentos sociais estão ativos, dentro de limites novos impostos pela conjuntura, como a brusca queda de arrecadação e o cenário de retirada de direitos e crescente desemprego, que faz brotar o temor de retaliações nos indivíduos que creem ter ainda algo a perder.

Por outro lado, o recente escândalo internacional e doméstico em torno das queimadas na Amazônia pode, na avaliação de lideranças, representar nova “pegada” para dialogar com setores médios da sociedade.

A recente Marcha das Margaridas, que em sua sexta edição levou aproximadamente cem mil mulheres a Brasília, vindas de diversos pontos do país, é uma demonstração de que os movimentos organizados, incluindo os mais longevos, lutam contra o desânimo e a apatia.

O movimento estudantil, com o apoio e participação dos professores e trabalhadores da educação pública – e de setores do ensino privado também – realizou em agosto a terceira mobilização nacional

num espaço de três meses, evidenciando fôlego que seria raro mesmo em momentos de relativa bonança econômica e de atmosfera democrática.

Outro ponto de destaque nas mobilizações em defesa da educação, já atingida por profundos cortes de verbas e perseguição ideológica, foi a incorporação, pela pauta estudantil, da defesa dos direitos previdenciários. O fato é que as recentes manifestações de rua de alunos, professores e trabalhadores da educação, gestadas no interior das universidades públicas desde a derrubada de Dilma Rousseff (ver a edição de maio deste boletim), adquiriram concretude na esteira das mobilizações contra o projeto de desmonte da Previdência, que tiveram no 1º de maio deste ano uma importante expressão. Naquela data, o anúncio da Greve Geral contra a retirada de direitos para o dia 14 de junho também serviu para dar visibilidade à grande paralisação que os estudantes pretendiam realizar no dia 15 de maio.

Setores organizados da educação – como diretórios centrais de estudantes e sindicatos de trabalhadores – já vinham, naquele momento, debatendo a unidade com o movimento sindical amplo. As conversas se seguiram, refletidas nas manifestações de rua seguin-

tes, desta vez com o movimento estudantil à frente, com o apoio das centrais e a inclusão da pauta trabalhista, notadamente a questão previdenciária.

Até onde se pode divisar neste momento, trata-se de um efetivo exercício de unidade na luta.

No entanto, em muitos observadores persiste a inquietação sobre os resultados práticos dessas mobilizações e o tamanho da adesão popular a elas.

### Disputa palmo a palmo

Gilmar Mauro, um dos coordenadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), lembra que os prazos e resultados da mobilização popular nem sempre correspondem ao calendário convencional, afeito à ideia de produtividade e datas marcadas antecipadamente. “Nós não temos pressa (risos). Nossa pressa não apressaria a história. É preciso construir essa ampla unidade do campo popular numa perspectiva que esse enfrentamento se dê conjuntamente”, afirma.

Mesmo assim, já é possível contabilizar resultados práticos, no entendimento de Iago Montalvão, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Ele avalia que a própria sequência de mobilizações já representa um avanço. “Uma mobilização recorrente, em tão pouco espaço de tempo, com uma mesma pauta contra ameaças que ainda não foram derrubadas, é algo pouco comum na história das últimas décadas”, diz.

“Além disso”, continua Iago, “o próprio Future-se (proposta de mudanças na gestão e políticas das universidades federais anunciada pelo governo em julho), por mais preocupante que seja, já representa um recuo do governo. As propostas iniciais para o setor eram cobrança de mensalidade, implementar formalmente o Escola sem Partido. Precisamos avançar mais nesse sentido e pressionar, mas os resultados já começam a surgir”, completa.

Entre dirigentes sindicais, também avalia-se que a resistência tem impedido danos maiores às conquistas sociais. Até o momento, a derrubada da proposta de capitalização da Previdência Social, considerada por muitos a mais nociva do pacote bolsonarista para a área, é resultado da pressão popular. A derrubada da legalização geral e não-re-

munerada do trabalho aos domingos, também.

Alguns outros palcos de terreno foram preservados neste mês de agosto. O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou improcedente ação direta de inconstitucionalidade do Partido Social Liberal (PSL), ao qual pertence o presidente da República, que pretendia mudar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para permitir que forças policiais detivessem todo e qualquer menino ou menina, desacompanhado de responsáveis, que aparentasse vadiagem. O resultado, sem dúvida, vem da pressão dos movimentos sociais e de setores civilizados da sociedade civil.

### Está chegando a hora?

O que se pode esperar dos meses que virão, nesse cenário de escalada autoritária? Os movimentos estariam prontos e atentos para o enfrentamento necessário para esse período sem previsão certa para terminar?

“Nós continuamos a fazer resistência ativa. Mas isso não significa cair nas provocações do Bolsonaro e da turma dele. O que ocorre, em todos os movimentos populares, são os limites organizativos. O movimento social e o sindical em geral priorizaram as bandeiras econômicas e corporativas. Eu digo em geral porque há particularidades. Quando cessam as possibilidades de conquistas econômicas, é natural que haja um processo de recuo das bases. Acho que esse tem sido um erro histórico. Muitos acham que o papel dos movimentos é fazer a luta econômica, e que caberia aos partidos fazer a luta política. Isso teria levado os movimentos a uma lógica economicista e os partidos uma a burocratização. Não dá para separar a luta econômica da luta política”, analisa Gilmar Mauro, do MST.

“Voltando para a conjuntura: estamos todos hoje impelidos a fazer luta política, porque não há a menor possibilidade de conquistas econômicas do ponto de vista corporativo para nenhuma categoria em particular, a não ser para os latifundiários, o agronegócio e o sistema financeiro. Esse é um lado da dificuldade de mobilização, real. Por outro lado, é tempo de politizar, com nossas bases, as categorias. Esse é um dos ingredientes. Há vários: as dificuldades metodológicas para furar a bolha e

ampliar o debate para outros setores, incorporação da juventude, as metodologias das mobilizações também não têm mais uma capacidade atrativa. São vários fatores, não só o governo Bolsonaro. Há um problema organizativo interno às entidades do movimento popular”, completa.

Porém, Gilmar divisa um momento de ruptura que virá, cedo ou tarde: “Aqui há um capítulo muito importante. Há um agravamento grande da crise social, e eu diria da barbárie em geral. Sem nenhuma perspectiva de solução a médio prazo. A possibilidade de conseguir um emprego formal é uma coisa praticamente fora de perspectiva nesse cenário. A fome e a miséria já voltam com muita força. Então, o potencial de luta pela terra no próximo período vai ser enorme. Mesmo com o governo armando essa barragem de contenção para não solucionar a questão da terra, uma hora essa barragem explode. O que precisamos ter nesse momento é muita maturidade para fazer um enfrentamento contundente e ao mesmo tempo evitar a violência direta, como vem ocorrendo”.

Carmem Foro, vice-presidenta da CUT, trabalhadora rural, integrante da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais) e uma das lideranças da Marcha das Margaridas, afirma que a sexta edição dessa mobilização de rua, que ocorre de quatro em quatro anos, é uma demonstração viva da energia que os movimentos sociais preservam.

“Nós construímos as seis marchas em contextos muito diferentes uma da outra. A primeira, no ano 2000, foi no contexto FHC. Outras, no contexto Lula e Dilma. Nestas, podíamos contar com conquistas. A primeira, assim como esta, última, teve caráter de protesto. Na primeira, entregamos uma pauta que foi engavetada. Nesta, nos recusamos a entregar pauta porque não admitiríamos aparecer na foto com este governo”, reflete Carmem.

### **Céu escuro: parábola apocalíptica**

“Essa marcha tem um papel de encorajamento muito grande, diante de todas as dificuldades que estamos enfrentando. Ainda que só tivesse vinte mil mulheres em Brasília, essa marcha estaria revestida de um grande caráter de enfrentamento.

O que move essas mulheres é a ideia de ajudar a mudar o país, a realidade, as nossas vidas. É muita ousadia: sair de locais distantes, no interior, mulheres que têm condições financeiras muito inferiores à média, que chegam em Brasília animadas por acreditar que podem mover, mudar a realidade. Nós não vamos só a Brasília quando tem governo de diálogo, não. Vamos também para dizer: não queremos este governo”, completa a dirigente cutista. “Governo da morte, da destruição do meio ambiente, dos direitos, do patrimônio nacional”.

A Amazônia em chamas e o espanto causado pela fumaça que transformou o dia em noite, numa parábola apocalíptica sobre o atual governo federal, entraram no radar dos movimentos sociais como possibilidade de amalgamar insatisfações e pensar novas formas de mobilização popular.

O MST, informa Gilmar, está preparando a realização de encontro internacional para janeiro de 2020, provavelmente sediado em São Paulo, nos moldes do Fórum Social Mundial, mas desta vez com enfoque na questão ambiental. Os preparativos, já em curso, reúnem nesta primeira etapa cientistas e organizações que atuam nesse tema. O MST conta também com a participação do Vaticano, uma vez que o papa Francisco, que propõe encontro semelhante para março ou abril do ano que vem na Europa, sinaliza apoio. “Queremos aproveitar a Greve Geral do Clima, que os europeus anunciam para setembro deste ano, e reproduzir isso por aqui, uma grande campanha interna e com um grande plantio de árvores. Para, com esse outro tipo de tática, atingir novos setores da sociedade. Aliás, até setores do agronegócio já começam a mostrar contradições neste bloco de poder que chegou ao governo”, anuncia o dirigente.

A UNE, informa Iago, também anuncia que a questão ambiental estará no centro das novas mobilizações. A próxima ocorrerá em 7 de setembro, no já tradicional Grito dos Excluídos, ao qual os estudantes prometem acorrer em peso. Tanto para ele quanto para Gilmar Mauro, esta é uma chance de dialogar com setores sociais até então afastados das lutas de rua e de questionar, politicamente, o modelo econômico predominante no mundo.



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

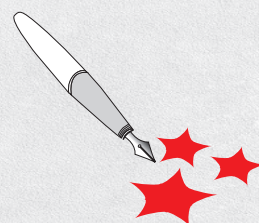
Partido dos Trabalhadores

## EXPEDIENTE

O Boletim de Análise da Conjuntura é uma publicação mensal da Fundação Perseu Abramo. Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos, Artur Henrique da Silva Santos e Joaquim Soriano (diretoras/es). Coordenador da Área de Produção do Conhecimento: William Nozaki. Equipe editorial: Antonio Carlos Carvalho (advogado); Kjeld Jakobsen (consultor em cooperação e relações internacionais); Ana Luíza Matos de Oliveira, Alexandre Guerra e Marcelo Manzano (economistas); Sergio Honório (engenheiro); Ronnie Aldrin Silva (geógrafo); Luana Forlini (internacionalista); Jordana Dias Pereira, Matheus Toledo e Vilma Bokany (sociólogos); Rose Silva, Pedro Simon Camarão e Isaías Dalle (jornalistas); Leo Casalinho e Pedro Barciela (análise de redes sociais) e Eduardo Tadeu Pereira (historiador). Revisão: Fernanda Estima. Editoração eletrônica: Camila Roma. Baseia-se em informações disponíveis até 28 de agosto de 2019. Foto da capa: Dino Santos



# BOLETIM DE ANÁLISE DA CONJUNTURA



F U N D A Ç Ã O  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091  
Vila Mariana - São Paulo - SP

[www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)